

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ESPACIAL E REGIONAL

**SILVINO JARDIM DOS SANTOS**

**OS DESAFIOS DAS POLÍTICAS TERRITORIAIS: Uma análise dos Projetos de Infraestrutura (PROINF) como estratégia para o desenvolvimento do Assentamento Extrativista Leite no município de Itapecuru-mirim – MA**

São Luís

2016

SILVINO JARDIM DOS SANTOS

**OS DESAFIOS DAS POLÍTICAS TERRITORIAIS: Uma análise dos Projetos de Infraestrutura (PROINF) como estratégia para o desenvolvimento do Assentamento Extrativista Leite no município de Itapecuru-mirim – MA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional

Orientador: Prof. Dr. José Sampaio de Mattos Junior.

São Luís

2016

SILVINO JARDIM DOS SANTOS

**OS DESAFIOS DAS POLÍTICAS TERRITORIAIS: Uma análise dos Projetos de Infraestrutura (PROINF) como estratégia para o desenvolvimento do Assentamento Extrativista Leite no município de Itapecuru-mirim – MA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional

Orientador: Prof. Dr. José Sampaio de Mattos Júnior

Aprovada em: / /

BANCA EXAMINADORA

---

**Prof. Dr. José Sampaio de Mattos Júnior**

Universidade Estadual do Maranhão

---

**Prof. Dr. Itaan de Jesus Pastor Santos**

Examinador 1 - Universidade Estadual do Maranhão

---

**Professora Dr<sup>a</sup> Marivania Leonor Souza Furtado**

Examinadora 2 - Universidade Estadual do Maranhão

*Aos Meus Pais, Patrícia e José Rodrigues,  
pelo apoio, dedicação e carinho, sem nunca  
terem poupado esforços para que eu tivesse  
uma educação de qualidade.*

## AGRADECIMENTOS

Em todas as fases da minha vida, existiram pessoas que contribuíram de alguma forma para que eu pudesse chegar até aqui. Pessoas que me ensinaram, trocaram ideias, que me deram lições, mostraram o caminho certo a trilhar; pessoas que fortaleceram amizades, pessoas que nunca mais verei e outras que levarei pra sempre comigo. Portanto, seria impossível citar todos, mas quero agradecer aqueles que de certa forma tenham contribuído de forma direta e indireta nesta minha trajetória dentro do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional e construção deste trabalho.

Em especial queria agradecer primeiramente a Deus, pelas bênçãos sobre minha vida, me dando saúde, paz, maturidade e tranquilidade nos momentos de aflição na construção desta pesquisa.

Aos meus Pais, José Rodrigues e Patrícia Jardim, as pessoas mais importantes da minha vida, pelo apoio, carinho, confiança, incentivo, e por terem sido o alicerce da minha formação educacional e do meu caráter.

À minha irmã Liziane Jardim, e meu cunhado Paulo Levi, pela prontidão nos momentos de sufoco. Algumas vezes ao longo da minha graduação precisei de vocês e estavam sempre ali, valeu por tudo.

Ao Professor Sampaio meu Orientador, pela oportunidade de ingressar na Iniciação Científica, que foi de fundamental importância para minha graduação em geografia, inserção no mestrado e conseqüentemente na consolidação desta pesquisa. Além de professor, se tornou um pai ao longo desses anos.

A Universidade Estadual do Maranhão, por meio do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional (PPDSR) e todos os professores deste programa que foram de fundamental importância no embasamento teórico e metodológico desta pesquisa.

A professora Dr.<sup>a</sup> Zulene Muniz Barbosa, coordenadora deste PPDSR, por sua vitoriosa administração, pela paciência e tolerância para conosco.

Aos professores Nivaldo Hespanhol e Rosangela Hespanhol, ambos da Faculdade de Ciência e tecnologia- Unesp, campus Presidente Prudente, pela receptividade que nos receberam e pela colaboração com a construção deste trabalho.

As minhas duas queridas amigas e companheiras desta jornada acadêmica, Sarah Raquel e Monielle Alencar, que apesar de estarmos em áreas diferentes do conhecimento, sempre me deram força e me apoiaram durante este processo.

Ao Grupo de Estudos de Dinâmicas Territoriais (GEDITE), do qual faço parte, pois grande parte das discussões para elaboração deste trabalho se fizeram ali.

Aos meus grandes amigos de Universidade e que vou levar para a vida, Zuleide Teixeira, Jocicléia Castro, Ariane Silva, Jodean Santos, Alcimar, e em especial Ronaldo Sodré que fez os mapas presentes na pesquisa. Obrigado pelo apoio.

Ao meu grande Amigo Samuel Maciel pela ajuda nos trabalhos de campo e aplicação das entrevistas.

A todos os assentados e beneficiários dos projetos de Infraestruturas estudados na pesquisa, vocês são os responsáveis pela elucidação deste trabalho.

A minha turma do PPDSR que esteve nesta jornada comigo, foi extremamente gratificante e enriquecedor conviver com vocês.

A FAPEMA pela concessão da bolsa e apoio financeiro durante o programa de estágio que contribuíram significativamente para o meu crescimento acadêmico e execução da pesquisa.

A todos aqueles que de alguma forma fizeram parte deste processo e que conviveram comigo ao longo destes dois anos de mestrado, sintam-se todos abraçados e agradecidos.

## RESUMO

A presente pesquisa aborda a problemática da criação e implantação das políticas territoriais no meio rural maranhense, especificamente no assentamento Extrativista Leite pertencente ao município de Itapecuru-Mirim. A partir de um estudo anterior sobre os avanços e recuos das políticas territoriais, surge o interesse em estudar a aplicação e articulação destes programas, de forma mais localizada neste município e, principalmente, levantar a problemática de como se configura o processo decisório de projetos de desenvolvimento dos assentamentos na política Territórios da Cidadania. O Programa de Apoio à Infraestrutura nos Territórios Rurais (PROINF) foi a principal política escolhida para fazer esta análise, por ser uma ação orçamentaria que financia aquisição de equipamentos e construção de projetos produtivos, com finalidade de alavancar economicamente os municípios dos territórios rurais de forma coletiva. Temos como objetivo geral norteador da pesquisa, uma análise de como se configura o PROINF no município de Itapecuru-Mirim, e sua participação no desenvolvimento do assentamento Extrativista Leite. Em relação à metodologia da pesquisa, optamos pelo materialismo histórico e dialético. No primeiro momento, abordamos as questões que levaram a criação das políticas territoriais no Maranhão, e o processo de criação do assentamento Extrativista Leite. Em seguida, fizemos uma análise da inserção dos Proinfs através da participação direta da sociedade civil e do poder público como articuladores desta política e evidenciamos a funcionalidade destas infraestruturas. Por fim, discutimos a participação dos assentados do Extrativista Leite no PROINF, onde observamos uma má articulação entre o desenvolvimento da política e os atores sociais, causando assim, um descompasso na funcionalidade do programa, deixando claro que é preciso uma relação mais próxima entre os gestores da política e os assentados.

Palavras-chave: Políticas territoriais, territórios rurais, PROINF, Assentamento Rural

## **ABSTRACT**

The recent research boards the creation and implementation problems of the territorial policies in Maranhão's rural area, specifically in Leite Extractive Settlement (Assentamento Extrativista Leite, in Portuguese) belongings to the county of Itapecuru-Mirim. From the previous study about the advances and setbacks of the territorial policies, it appears the interest to study the application and articulation of these programs, more located in the county and, mainly, board the problem of how it is set the decision-making process of settlements development's projects in Citizenship Territories' policies. The Support Program for Infrastructure in Rural Territories (Programa de Apoio à Infraestrutura nos Territórios Rurais – PROINF, in Portuguese) was the main policy chosen to do this analysis, because it is a budget action which finances the purchase of equipments and construction of productive projects, with the goal to raise economically the counties of the rural territories collectively. We have as research guiding main objective an analysis of how it is sets the PROINF in the county of Itapecuru-Mirim, and its participation on the development of Leite Extractive Settlement. In relation to the research methodology, we chosen for the dialectical and historical materialism. Then, we made an analysis of the insertion of the Proinf through the direct participation of civil society and the public administration as the articulators of this policy and we had noticed the functionality of these infrastructures. Lastly, we discussed the participation of the seateds of Leite Extractive Settlement on PROINF, where we observed a bad articulation between the policy development and the social actors, making, then, a divergence in the program functionality, making clear it that it is needed a relation closer between the policies' managers and the seateds.

**Keywords:** Territorials policies. Rural territories. PROINF. Rural Settlement.

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização do Território Vale do Itapecuru.....	18
Mapa 2: Localização do PA Extrativista Leite.....	21
Mapa 3: Territórios da Cidadania no Estado do Maranhão .....	37
Mapa 4: Localização geográfica dos Projetos Produtivos do Território Vale do Itapecuru.....	56
Mapa 5. Assentamentos rurais dos municípios pertencentes ao Território Vale do Itapecuru (1986-2010).....	67

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Foto 1: Reunião do Colegiado Territorial com participação de sociedade civil e poder público.....	40
Foto 2: Entrevista com seu Zacarias, um dos primeiros moradores do assentamento..	46
Figura1: Fluxograma do processo de elaboração do PROINF.....	51
Quadro 1 .Projetos do PROINF planejados para o Território Vale do Itapecuru dos anos de 2003 a 2009.....	53
Quadro 2. Projetos que não estão em funcionamento.....	57
Foto 3. Fábrica de Sabonete de babaçu do Território Vale do Itapecuru.....	60
Foto 4. Sabonetes de Coco Babaçu Fabricados por Mulheres do Projeto Produtivo em Itapecuru-Mirim.....	61
Foto 5. Trator, caminhão e plantação de leguminosas; ambos pertencentes a Fábrica de Sabonete de Coco Babaçu.....	62
Gráfico 1: Produção Agrícola do município de Itapecuru-Mirim de 1990-2010.....	69
Foto 6: Beneficiárias da Fábrica de sabonete de coco babaçu trabalhando na extração da amêndoa.....	72
Foto 7: Produção de hortaliças no quintal do produtor rural.....	80

## **LISTA DE SIGLAS**

FIEMA - Federação da Indústria do Estado do Maranhão

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

PROINF - Programa de Apoio à Infraestrutura nos Territórios Rurais

PRONAT - Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais

PTDRS - Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável

INCRA - Instituto de Colonização e Reforma Agrária

AGERP - Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e de Extensão Rural do Maranhão

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

PNRA- Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária

LEADER - Ligações Entre Ações do Desenvolvimento da Economia Rural

SDT - Secretária de Desenvolvimento Territorial

PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PDA- Plano de Desenvolvimento Sustentável em Assentamento de Reforma Agrária

PRA- Plano de Recuperação do Assentamento

CODETER - Colegiado de Desenvolvimento Territorial

PTDRS - Plano Territorial de Desenvolvimento Rural e Sustentável

DFDA - Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário, do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

CEDR - Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural

CIAT - Comissão Provisória de Implantação do Colegiado Territorial

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa

CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CRAF - Centro de Referência da Agricultura Familiar

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FETAEMA - Federação dos trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Maranhão

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

DAP - Comprovação da Declaração de Aptidão ao Pronaf

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE MAPAS.....</b>	<b>09</b>
<b>LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....</b>	<b>10</b>
<b>LISTA DE SIGLAS.....</b>	<b>11</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>1. OS DESAFIOS DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO BRASIL.....</b>	<b>26</b>
1.1 O enfoque territorial no debate acadêmico e político.....	27
1.2 Territórios rurais e territórios da cidadania.....	31
1.3 Políticas territoriais no Maranhão.....	34
1.4 Políticas territoriais no Vale do Itapecuru.....	38
1.5 O Assentamento extrativista leite e o processo de regularização fundiária.....	41
<b>2. O PROINF NO TERRITÓRIO DA CIDADANIA VALE DO ITAPECURU.....</b>	<b>48</b>
2.1 O Proinf como possibilidade para o desenvolvimento territorial.....	48
2.2 As (des)articulações na implantação do proinf no território Vale do Itapecuru até 2012.....	53
2.2.1 Fábrica de sabonete de coco babaçu.....	59
2.3 A relação entre assentados da reforma agrária e os Proinfs.....	63
<b>3. O PROINF NO DESENVOLVIMENTO DO ASSENTAMENTO EXTRATIVISTA LEITE.....</b>	<b>66</b>
3.1 O município de Itapecuru-Mirim e sua participação no território da cidadania.....	66
3.2 O Proinf como política de desenvolvimento para o Assentamento extrativista leite.....	69
3.2.1 A participação do PA Extrativista leite no PROINF Fábrica de sabonetes de coco babaçu.....	70
3.2.2 A importância do PROINF Fábrica de sabonetes de coco babaçu na perspectiva do PA Extrativista Leite.....	74

<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>82</b>
<b>5. REFERÊNCIAS .....</b>	<b>85</b>
<b>6. APÊNDICES.....</b>	<b>90</b>
<b>7. ANEXOS.....</b>	<b>95</b>

## INTRODUÇÃO

Estudar a estrutura produtiva dos assentamentos rurais da reforma agrária no Maranhão tem sido uma tarefa desafiadora, pois compreender o processo histórico, a organização social no meio rural, a questão agrária e os problemas fundiários, leva o pesquisador a uma gama de discussões, tais como, houve de fato uma regularização fundiária? Em quais circunstâncias os projetos de assentamento foram criados? Qual a importância dos movimentos sociais e organizações associativas neste processo?

Ao observar a formação dos assentamentos no Maranhão, podemos conhecer, um pouco mais, as histórias de luta no campo e a própria formação do Estado do Maranhão com suas diversidades culturais (MATTOS JUNIOR, 2010) e também, analisarmos as discontinuidades das políticas públicas e a permanência dos processos produtivos.

A consolidação dos assentamentos rurais da reforma agrária no Estado do Maranhão se deu por um processo longo de lutas e conflitos no campo. Deste modo, é importante se remeter ao processo histórico e aos aspectos sócio-geográficos deste estado para a compreensão da atual configuração do meio rural.

O estado do Maranhão, a partir de meados do século XX, tem recebido investimentos por intermédio da implantação de grandes projetos. Segundo Barros (2011), estes projetos chegam a ter uma contribuição significativa para o equilíbrio da balança comercial, porém esse equilíbrio não tem possibilitado a igualdade de distribuição de renda tão necessária para melhoria da qualidade de vida da população. Sendo assim, é importante compreender de que maneira este desenvolvimento acontece em todo estado e quais os fatores históricos contribuíram para este desenvolvimento desigual.

Do ponto de vista geográfico, o Maranhão possui inúmeros recursos viáveis à exploração econômica, na região litorânea se encontra o Porto do Itaqui, que tem localização privilegiada em relação aos mercados consumidores asiáticos e europeus, via canal do Panamá, possui uma profundidade de aproximadamente 25 metros, o que possibilita a atracagem de grandes navios, e ainda é beneficiado por uma das mais variadas tábuas de marés do mundo, conforme a Federação da Indústria do Estado do Maranhão (FIEMA, 2009). Os aspectos climáticos e a geomorfologia também contribuem de forma acentuada para estratégias de desenvolvimento, como o Distrito Industrial, em São Luís, o Projeto

Ferro Carajás, que associou obras de infraestrutura rodoviária (São Luís-Teresina), ferroviária (Ferrovia Carajás), entre outros projetos que deram visibilidade ao estado, tornando-o um polo competitivo para o escoamento da produção nacional, mas que no nível estadual não tem resultado num processo de desenvolvimento que beneficie a maioria da população.

Segundo Cabral (1992), a conquista e a ocupação do Maranhão iniciaram-se tardiamente em relação às outras regiões da colônia, entretanto o maranhão sempre esteve presente nas preocupações expansionistas do Estado Português. Esta corrente expansionista, chamada de frente litorânea, controlada diretamente por Portugal é o resquício dos primeiros moldes do que futuramente viria a ser o estado do Maranhão, e parte das desigualdades sociais, além da dicotomia de interesses econômicos que este estado vive na atualidade, isso tudo é consequência desta forma de dominação e apropriação do território.

Conforme Saquet (2007), o conceito de “Território” está atrelado ao domínio e as relações de poder de acordo com as características de cada sociedade, envolvendo relações políticas, econômicas e culturais. O território pode ser compreendido para além de abrigo, ou seja, como um receptáculo de investimentos feitos por pessoas. Para Moraes (2000, p.18)

O território é um espaço social, que não pode existir sem uma sociedade que o crie e qualifique, logo inexistente como realidade puramente natural, sendo construída com base na apropriação e transformação dos meios criados pela natureza. Assim o território é um produto socialmente produzido, um resultado histórico da relação de um grupo humano com o espaço que o abriga. [...] O território é, portanto, uma expressão da relação sociedade/espaço, sendo impossível de ser pensado sem o recurso aos processos sociais.

Santos (2007, p.13), ressalta que o território é onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações de sua existência. E através do processo de organização social, da produção de identidade e da relação sociedade/espaço, é que se construiu o território do estado maranhense, assim como outros estados brasileiros. Entretanto, esta apropriação do espaço e formação cultural gera conflitualidades se levarmos em consideração as próprias relações humanas. Trazendo para o viés do campesinato, o território rural brasileiro é compreendido por conflitos e tensões, haja vista que este processo de domínio e apropriação ao longo dos anos levaram as questões fundiárias. Deste modo, é fácil evidenciar na atualidade estas diferenças sociais e problemas fundiários no espaço rural maranhense, herança desse processo histórico.

Para uma melhor compreensão e análise da organização produtiva destas áreas, é preciso uma abordagem da construção das políticas territoriais voltadas para o

desenvolvimento do setor agrário. A partir de meados do século XX, várias políticas voltadas para o desenvolvimento do setor agrário, surgiram no Brasil<sup>1</sup>, nesse percurso alguns programas obtiveram êxito e outros não. Desta forma, a partir de 2003 surge a política de Territórios rurais que mais a frente, em 2008, o Governo Federal ampliou o programa para Territórios da cidadania, envolvendo vinte e dois ministérios e utilizando a configuração dos territórios rurais. O atual programa tem como principal objetivo a superação da pobreza rural mediante um desenvolvimento de “caráter sustentável”, além de outras metas como: participação social na implantação das políticas públicas.

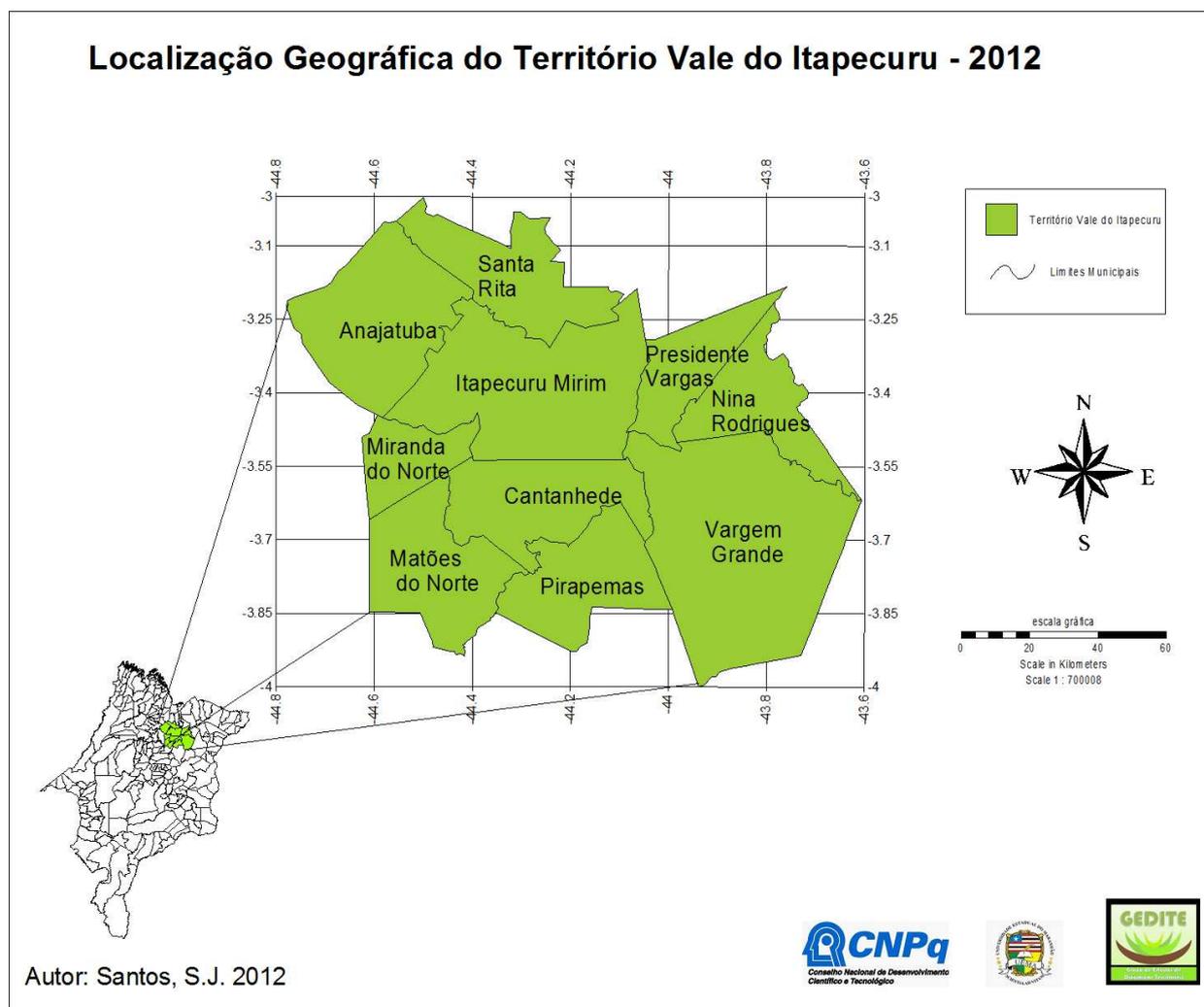
O Território Vale do Itapecuru, onde se encontra o assentamento Extrativista Leite, é composto por 10 municípios localizados na Mesorregião Norte Maranhense, e se prolonga nas Microrregiões de Itapecuru e de Rosário. Os municípios pertencentes a este território são: Anajatuba, Cantanhede, Itapecuru-Mirim, Matões do Norte, Miranda do Norte, Nina Rodrigues, Pirapemas, Presidente Vargas, Santa Rita e Vargem Grande. (mapa 1). Neste território, o município de Itapecuru-Mirim é o que mais se destaca economicamente e também em quantidade de assentamentos (PA's) criados entre 1986 e 2010, chegando a 17 o número de projetos de assentamentos.

Vários fatores podem ser relacionados ao destaque de Itapecuru-mirim diante dos demais municípios deste território. O processo histórico de formação social desta área e por ser uma região privilegiada geograficamente banhada pelo rio Itapecuru, foram fatores cruciais para o desenvolvimento deste município, pois durante a ocupação do Maranhão pela frente litorânea, segundo Cabral (1992), o Itapecuru, dentre todos os rios, foi o mais cobiçado, tornando-se uma das principais vias de penetração do interior maranhense.

---

<sup>1</sup> Mudanças em curso nas décadas finais do século XX nos países do capitalismo avançado foram percebidas pelos formuladores de políticas públicas e estimularam uma reorientação na maneira de formulá-las. As políticas agrícolas de viés exclusivamente setorial começaram a perder terreno e as de corte mais holístico e de base territorial ganharam posição gradualmente. As políticas de desenvolvimento territorial também encontraram espaço de afirmação, no Brasil, no bojo do novo momento vivido pelo país, a partir do processo de redemocratização e da tendência a ele associada de descentralização das políticas públicas, que teve como marco inicial a Constituição de 1988. A revalorização da esfera municipal e o estímulo gradual à participação da sociedade civil, em particular de agentes locais, reforçaram o avanço das políticas públicas territoriais. (ARAÚJO,2010. P,03)

**Mapa 1: Localização do Território Vale do Itapecuru**



**Fonte: IBGE**

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2010), o povoado teve início na margem direita do rio Itapecuru, em data anterior a 1768, ano em que os moradores da ribeira pediram ao rei de Portugal alvará de confirmação da vila que ali fora fundada por ordem régia, apenas em 1870, foi elevada à categoria de cidade.

De acordo com os dados do Censo Demográfico, em 2010, a população atingiu 62.110 habitantes com uma estimativa de 64.951 em 2013. Atualmente, 44,18% da população moram na zona rural, reforçando que boa parte dos habitantes do município ainda vive da agricultura familiar, e 28% da população do município possui domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitários inadequados. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é de 0,599. O município está situado na faixa de desenvolvimento baixo, entre 0,5 e 0,599. Em relação aos 217 municípios do Maranhão, Itapecuru-Mirim ocupa a 60ª posição (ATLAS BRASIL, 2013).

O município de Itapecuru-Mirim também se destaca no processo de regularização fundiária resultante de conflitos sociais pela posse da terra, principalmente nos anos de 1970 e 1980, quando houve uma grande tensão social antes e depois da criação do Plano Nacional de Reforma Agrária, sendo que trabalhadores rurais, com apoio de outros segmentos da sociedade civil defendiam o direito de posse e uso da terra.

No caso dos chamados assentamentos do Maranhão, nada indica ter se desenvolvido aqui qualquer ação planejada. Não houve um momento em que o estado, após identificar e preparar áreas tenha ali, alocado, fixado e assentado trabalhadores, os chamados assentamentos são em sua maioria, resultado da ação dos próprios posseiros, pequenos arrendatários foreiros que lutaram para permanecer na terra (MIRANDA, 2007 p, 21).

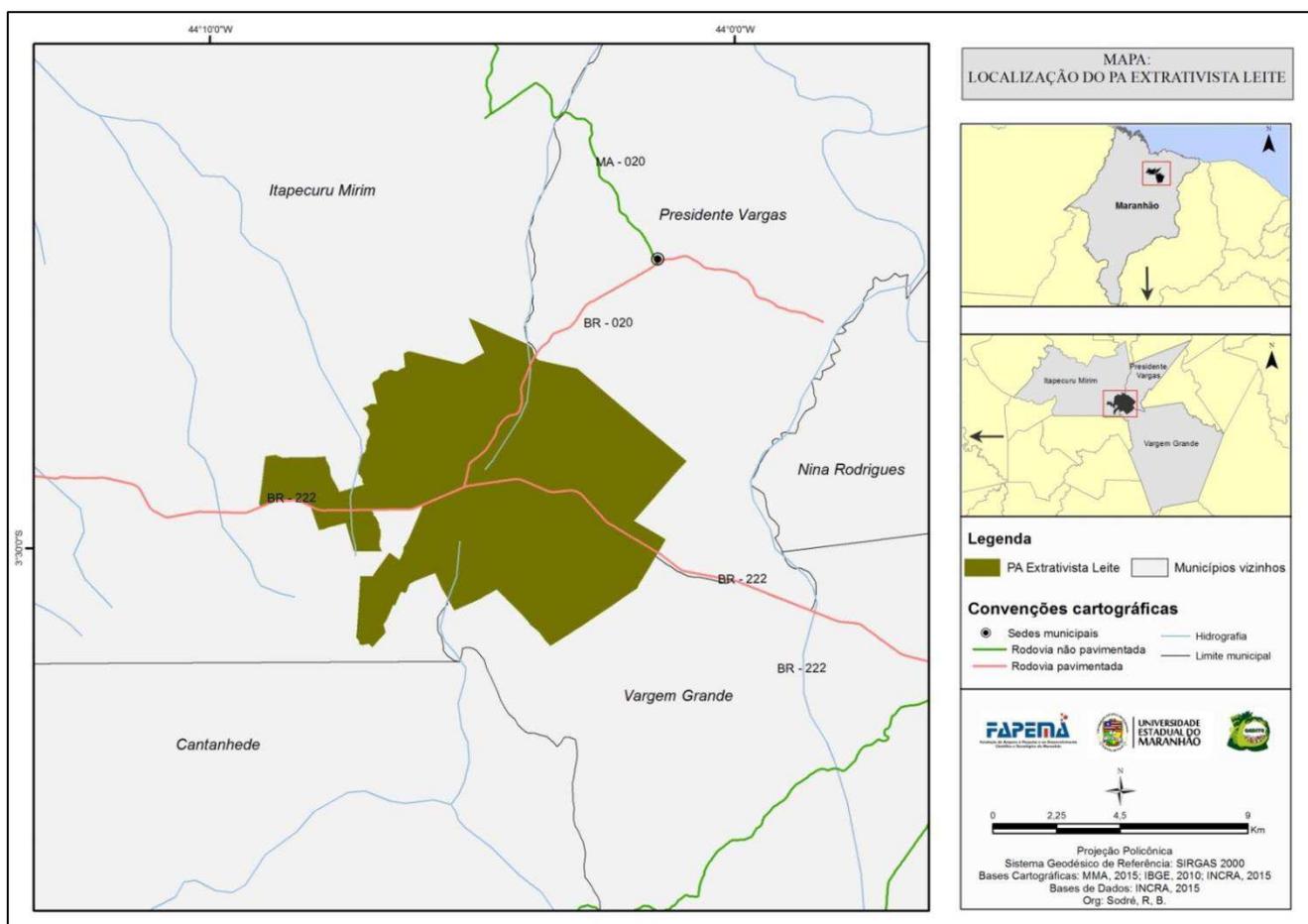
Diante deste contexto, surge o interesse em estudar a aplicação e articulação dos programas de desenvolvimento territorial, de forma mais localizada neste município e, principalmente, levantar a problemática de como se configura o processo decisório de projetos de desenvolvimento dos assentamentos na política Territórios da Cidadania. O Programa de Apoio à Infraestrutura nos Territórios Rurais (PROINF) foi a principal política escolhida para fazer esta análise dentro do Assentamento Extrativista leite. Principalmente por se tratar de um programa com caráter de desenvolvimento econômico e social. A ideia de estudar esta política surgiu a partir de um estudo feito anteriormente em um projeto de Iniciação Científica realizado na Universidade Estadual do Maranhão, no qual, foram analisados os projetos de infraestruturas planejados para desenvolver economicamente o território Vale do Itapecuru e as relações entre a aplicabilidade destas políticas e os

assentados da reforma agrária. Partindo desta análise mais abrangente dos PROINFs em todo território, nasceu o interesse de estudar o desenvolvimento do programa a partir de um projeto de assentamento rural específico.

O PROINF é uma ação orçamentária que compõe o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), cuja finalidade é financiar os projetos estratégicos para o desenvolvimento territorial definidos no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS). Essas demandas são traduzidas em propostas técnicas que podem ser apoiadas com recursos de investimento em obras, máquinas, equipamentos e outros bens necessários para o fortalecimento da agricultura familiar, bem como, recursos de custeio que permitem fortalecer os processos de organização e de capacitação dos grupos de beneficiários, organizações e demais agentes de desenvolvimento territorial (MANUAL DE OPERACIONALIZAÇÃO DO PROINF, 2011. p. 8).

Os recursos do PROINF possuem o objetivo de implantar ações que potencializem a identidade territorial, a gestão social e fortaleçam a agricultura familiar para gerar resultados positivos. Dessa forma, os assentados de reforma agrária são beneficiados diretamente com estes projetos em seus municípios. Sendo assim, na presente pesquisa se pretende fazer uma análise da aplicabilidade desta política no município de Itapecuru-Mirim e sua relevância no desenvolvimento do Projeto de Assentamento Extrativista Leite que está localizado numa área que abrange os municípios de Itapecuru-Mirim, Vargem Grande e Presidente Vargas (mapa 2),

**Mapa 2: Localização do PA Extrativista Leite.**



**Fonte: IBGE. Elaboração: Sodré, R. 2016**

Com uma área total de 7.253,5400 hectares de terra e 230 famílias assentadas, de modo geral, a população do PA produz arroz, milho, feijão e mandioca, alguns têm no extrativismo do babaçu uma alternativa de renda importante. A pecuária bovina e caprina também é uma das principais atividades econômicas do assentamento, junto com a criação de aves.

A área onde se encontra o assentamento, anteriormente era uma fazenda pertencente ao Senhor José Cazuzza Lopes (Português), ele não possuía escritura da terra, várias famílias

da região foram se unindo e viviam de forma harmoniosa, inclusive a família Leite que deu origem ao nome do assentamento. Posteriormente algumas tensões levaram a expulsão dos moradores remanescentes daquela área. Conseqüentemente as famílias lutaram pelo direito da terra e em dezembro de 1988 foi criado o assentamento Extrativista Leite<sup>2</sup>.

Este Projeto de Assentamento foi escolhido como o recorte a ser estudado por ser um dos assentamentos rurais mais antigos do território, com uma grande quantidade de famílias já consolidadas nesta região e por possuir aproximadamente dez associações por meio das quais são mantidas as articulações políticas entre poder público e a sociedade civil. No entanto, algumas perguntas norteiam essa pesquisa, entre elas estão: Por fazer parte do território da cidadania, será que o PA está sendo beneficiado como deveria pelo programa? Por que existe uma grande quantidade de associações no assentamento rural? Isso está causando a união da comunidade ou desfavorecendo o associativismo? O PA Extrativista Leite tem sua base de produção no extrativismo, de que forma essa base produtiva está sendo trabalhada pelos Projetos de Infraestruturas do território?

A partir desses questionamentos, percebe-se a necessidade de um estudo mais aprofundado sobre as políticas voltadas para desenvolver o Território Vale do Itapecuru e, principalmente, a importância da compreensão das relações políticas internas e das que estão sendo construídas em nível local e regional. A partir desse contexto, temos como objetivo geral norteador da pesquisa, uma análise de como configura-se o Programa de Apoio à Infraestrutura nos Territórios Rurais (PROINF) no município de Itapecuru-Mirim, e sua participação no desenvolvimento do PA Extrativista Leite. E para atender a finalidade da dissertação temos os seguintes objetivos específicos: Fazer a construção histórica e social do Leite como PA e seu processo de luta pela Terra, analisar o processo de elaboração e aplicação do PROINF dentro do território Vale do Itapecuru e estabelecer a relação entre o desenvolvimento do PA Leite e sua participação no território através PROINF.

Em relação à metodologia da pesquisa, optamos pelo Materialismo histórico e dialético como forma metodológica de desenvolvimento do trabalho, isto se dá pelo fato de que consideramos o materialismo histórico adequado à medida que nos possibilita compreender melhor a contradição da sociedade capitalista. (MASSON, 2007. P.106).

---

<sup>2</sup> Todo esse processo histórico de formação do Assentamento será mais bem discutido no capítulo 1 da pesquisa.

Masson (2007. P. 110) também afirma que

O método Marxiano aponta que é necessário partir do real, do concreto, da visão caótica do todo e através de uma determinação mais precisa, através de uma análise, chegar a conceitos cada vez mais simples.

Optamos pela pesquisa qualitativa como forma de abordagem e desenvolvimento dos estudos aqui apresentados, pois consideramos o trabalho de cunho social, desta forma poderemos analisar os dados com diferentes interpretações, assim como de forma empírica. Para a realização desse trabalho foi de suma importância fazer um levantamento do referencial bibliográfico, visitas a órgãos públicos que tratam das políticas desenvolvidas no meio rural. Também foi relevante o trabalho de campo para compreendermos de forma minuciosa não apenas a aplicabilidade das políticas na região, mas a forma de vida, os aspectos culturais e criar uma parcela de vínculo com a comunidade estudada, pois

O trabalho de campo é essencial no sentido de captar o cotidiano, sendo necessário antes conhecer e posteriormente ouvir a lógica da família rural por ela mesma. Igualmente importante foi a constatação do retorno, ou seja, a re-entrevista para mais conversas. Após entrevistas iniciais, os assentados demonstram reflexões sobre questões abordadas anteriormente e voltam a elas em outros momentos quando retornamos ao lote. Esse também deriva de um fator de fortalecimento de confiança no pesquisador, percebido então como aquele que vem da cidade e tem interesse em acompanhar a realidade da vida ali enfrentada, que faz visitas para saber como estão as coisas na família e na comunidade. (DUVAL & FERRANTE; 2011; p.34)

Para norteamento de todo desenvolvimento da pesquisa, seguimos as seguintes etapas:

Leituras de materiais bibliográficos para os subsídios teóricos, tais como: conceitos de território, territorialidades e questões territoriais; políticas de desenvolvimento territorial no Brasil e no mundo; questão agrária no Brasil, reforma agrária e processo de regularização fundiária, entre outros.

Visitamos órgãos e instâncias federais e estaduais que desenvolvem trabalhos diretos e indiretos nas áreas de reforma agrária e territórios da cidadania, como; Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e de Extensão Rural do Maranhão (AGERP), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Secretarias de agriculturas e sindicatos de trabalhadores e produtores rurais.

No período de maio à Julho de 2015 fizemos os primeiros trabalhos de campo, com o objetivo de observar a atuação do colegiado territorial dentro dos municípios pertencentes ao

território. Deste modo, participamos de duas reuniões onde foi discutida a distribuição de projetos e reestruturação dos PROINFs no vale do Itapecuru.

No mês de outubro de 2015 realizamos outra visita técnica, seguindo as seguintes etapas: Primeiro concluímos nosso trabalho de campo, onde visitamos diretamente o PROINF Fábrica de sabonete de coco babaçu no município de Itapecuru-Mirim e o Assentamento Extrativista Leite. Em seguida, entrevistamos duas mulheres representantes do projeto fábrica de sabonetes de coco babaçu, na sede municipal; e posteriormente o presidente da associação dos produtores rurais, um agricultor familiar vinculado à associação, uma agricultora e quebradeira de coco babaçu vinculada ao clube de mães e o morador mais antigo do assentamento rural que lutou no processo de ocupação das terras, totalizando seis entrevistas de forma semi-estruturadas. Para suporte técnico utilizamos máquina fotográfica e GPS, para registros e confecção dos mapas.

Após toda coleta das informações inerentes ao desenvolvimento da pesquisa, analisamos, estruturamos os resultados e redigimos o texto. Para melhor explanação da pesquisa, a mesma foi dividida em três capítulos, os quais estão assim constituídos:

O primeiro capítulo intitulado: **OS DESAFIOS DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO BRASIL**, buscamos mostrar o caminho das políticas públicas voltadas para o setor rural brasileiro e de que modo elas foram sendo construídas ao longo dos anos. O capítulo também procurou discutir as experiências internacionais dessas políticas que serviram de referência para o Brasil e o desenvolvimento das mesmas em nível estadual, territorial e municipal.

O segundo Capítulo intitulado: **O PROINF NO TERRITÓRIO DA CIDADANIA VALE DO ITAPECURU**, o fizemos com o propósito de mostrar a ação do programa de financiamento de infraestruturas para o território, assim como discutir todo o processo de organização e construção desses empreendimentos. O capítulo também aborda O PROINF como possibilidade para o desenvolvimento territorial, onde discutimos os trâmites para implantação desse programa, e buscamos também compreender seu papel como uma das principais ações para o desenvolvimento econômico do Vale do Itapecuru.

No terceiro e último capítulo, intitulado: **O PROINF NO DESENVOLVIMENTO DO ASSENTAMENTO EXTRATIVISTA LEITE**, buscamos compreender o envolvimento dos assentados do PA Leite na dinâmica territorial. Dessa forma, abordamos

sobre a participação do município de Itapecuru-Mirim no território da cidadania e o capítulo finaliza discutindo o PROINF como política de desenvolvimento para o Assentamento extrativista leite. Essa última etapa, mostra de que forma a política vigente na pesquisa está presente dentro da área de estudo, assim como apresentamos neste subcapítulo os descompassos existentes na relação política/assentamento.

## **1. OS DESAFIOS DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO BRASIL**

Para melhor compreensão da aplicabilidade das políticas territoriais no Maranhão, é necessária uma discussão prévia do surgimento destas políticas no Brasil e seu desenvolvimento no âmbito nacional, estadual e municipal.

As primeiras ações do estado voltadas para o desenvolvimento social e econômico do meio rural brasileiro surgiram ao longo do século XX. Entretanto, todo esse processo não ocorreu como uma atitude direta do governo, e sim a partir de conflitos sociais e pressão popular. A luta no campo pelo direito a terra, qualidade de vida, e permanência nas áreas produtivas só foi possível mediante a alguns fatores como: o envolvimento da igreja católica nas causas camponesas, as propostas de reforma agrária pelo partido comunista na década de 1940 e os movimentos que contribuíram para criação dos sindicatos de trabalhadores rurais. Segundo Bergamasco/ Norder, 1996, p.13.

A partir de 1954 a mobilização camponesa ressurgiu com a denominação “ligas camponesas”, impulsionada pela eclosão de novos conflitos sociais no campo, dentre os quais as lutas de assalariados por melhores salários e por direitos trabalhistas, a resistência de posseiros, arrendatários e foreiros contra a expropriação das terras que vinham ocupando, ou ainda as lutas contra o aumento nas taxas de arrendamento.

Os primeiros programas do governo nacional voltados para o desenvolvimento do setor agrário não irão atender os pequenos agricultores, arrendatários e pequenos proprietários de terra; essas políticas são direcionadas para os grandes produtores, principalmente na década de 1970, período em que temos uma grande modernização da agricultura e mecanização do campo. Com isso, o estado investe diretamente neste setor, como forma de desenvolvimento econômico para o país.

A década de 70 é a que presencia as mais profundas transformações no meio rural brasileiro, estimuladas e conjugadas a um largo espectro de modificações por que passa a estrutura econômica da sociedade e que tem início em anos anteriores. Nesta análise deve ser salientada o rápido processo de urbanização que muda o aspecto do país de rural para urbano como censo de 1970 como referência, o crescimento acentuado do comércio exterior, notadamente a partir da segunda metade dos anos 60; a alteração na base técnica de produção rural, com ampla absorção de capital; e a definição de um sistema nacional de crédito rural, que sustenta e moderniza o setor agrário. (NETO, 1997, P.141)

Enquanto ocorria o acesso aos créditos pelos grandes proprietários do meio rural e essas novas políticas voltadas para a industrialização da agricultura, os movimentos sociais continuavam pressionando o governo a tomar medidas que fossem satisfatórias às suas necessidades.

A partir da década de 1980, o debate para a criação de um plano nacional de reforma agrária ganha força decorrente a alguns acontecimentos que se sucedem, como a crise do crédito e a correção monetária que diminuiu a integração entre agricultura e indústria, provocando a redução da utilização de maquinários agrícolas e, conseqüentemente, a minimização da expansão da fronteira agrícola interna. (MATTOS, JÚNIOR. 2010, p.41).

Desse modo, os governos, aos poucos, são pressionados a tomarem atitudes que solucionem, ou minimizem os conflitos por posse e propriedade da terra, pois, gradativamente as organizações dos trabalhadores rurais tomam proporções a nível nacional. Com o fim do Regime Militar e a crise da “modernização conservadora” da agricultura, o debate da Reforma Agrária é retomado no Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), apresentado com a chegada da Nova República<sup>3</sup>, em 1985 (DELGADO, 2005, p.51). A partir daí vão surgindo os programas e políticas de reforma agrária, com caráter de regularização e garantia do direito a terra para os moradores e trabalhadores rurais no campo.

### **1.1 O enfoque territorial no debate acadêmico e político**

Com a criação dos assentamentos rurais a partir do primeiro plano nacional de reforma agrária, surgem outras discussões sobre criação de políticas assistencialistas e de caráter econômico. É importante ressaltar que o Brasil por ser um país de dimensões continentais, possui contrastes, tanto geográficos, quanto culturais e sociais ao longo de seu território; e nesse âmbito foi preciso se pensar uma forma de desenvolvimento do setor rural de forma que preencha o máximo de lacunas possíveis dentro desta conjuntura. Nesse contexto, surgem na Europa abordagens sobre o desenvolvimento do setor agrário de forma espacial levando em consideração as peculiaridades regionais, Para Oliveira (2002, p. 08),

O principal impacto dessa mudança de perspectiva no âmbito europeu se deu no fato de se considerar as especificidades locais/regionais como elemento de

---

<sup>3</sup>Este Primeiro Plano Nacional de reforma Agrária foi criado no Governo de José Sarney e tinha como um dos objetivos promover a justa e adequada distribuição da propriedade; induzir exploração racional da terra; permitir a recuperação social e econômica das regiões.

definição na formulação de políticas e de instrumentos de apoio, buscando serem “*pensadas a partir da realidade econômica, social, cultural e institucional de determinado espaço*” e não mais apenas considerando as atividades desenvolvidas setorialmente, como no caso da agricultura.

As políticas com enfoque territorial não surgiram espontaneamente no Brasil, e sim de uma forma processual a partir do que vem se pensando ao longo dos últimos anos sobre desenvolvimento territorial no País. No âmbito nacional, esta perspectiva do desenvolvimento com base local, segundo Hespanhol (2010 p. 26)

emerge também em decorrência da conjunção de vários fatores como: a crise financeira que atingiu o Estado brasileiro a partir de 1980; e a descentralização da administração pública ensejada pela Constituição Federal de 1988 que repassou aos governos municipais competências e atribuições antes delegadas às esferas estadual e federal.

Para Araújo et al. (2010. p.01) no Brasil dos anos recentes, o desenvolvimento territorial vem ganhando espaço tanto no debate científico como nas políticas públicas, por razões de conjuntura nacional e por influência das discussões e experiências observadas em outros países, em especial nos da União Europeia. Dessa forma, o Governo Federal juntamente com os órgãos responsáveis pelo setor rural, começam adaptar modelos estrangeiros de desenvolvimento rural para uma aplicabilidade no setor agrário brasileiro, tendo em vista que

O desenvolvimento territorial rural aqui analisado se deu num momento da vida brasileira no qual o Governo retomou políticas nacionais, reduzidas na década anterior tanto em razão de intensa crise financeira do setor público – especialmente do Governo Central – como pela influência da onda neoliberal que ganhou força no Brasil desde o início dos anos 1990. A partir de 2003, as políticas sociais foram especialmente expandidas e impactaram positivamente na renda da população mais pobre do país. (ARAÚJO, 2010,p.05)

Observamos que estas políticas têm por finalidade desenvolver o pequeno agricultor, para que este possa estar assegurado financeiramente e não seja suplantado pelo agronegócio, além de tornar uma parte dessa pequena agricultura funcional ao sistema.

Portanto, a experiência de desenvolvimento territorial rural implementada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA nos anos recentes ocorreu num contexto favorável para os produtores familiares, os assentados da Reforma Agrária, as comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas), entre outros. (GUIMARÃES, et. Al. 2010, p.06)

Isto não significa dizer que todos os programas e estratégias planejadas para o desenvolvimento territorial brasileiro beneficiou apenas o agricultor familiar, posteriormente será mostrado algumas discontinuidades na aplicação destas políticas no setor rural.

Para falar sobre Territórios Rurais e formação dos Territórios da Cidadania, como política de desenvolvimento territorial, é importante entender em primeiro lugar as semelhanças ou diferenças no conceito de território compreendido na visão do governo e seus ministérios e no viés geográfico.

Assim, diferentemente da abordagem do conceito de território adotada nos meios acadêmicos e, sobretudo na Geografia, em que este é apreendido e delimitado por e a partir de relações de poder engendradas por um grupo social num determinado espaço/tempo, sendo os conflitos considerados um componente fundamental da sua constituição e lógica, na perspectiva normativa e operacional adotada pelo Estado brasileiro, o enfoque territorial é considerado apenas como uma ferramenta para se pensar o planejamento e a intervenção estatal na sociedade a partir de diferentes escalas de atuação. (HESPANHOL. 2010. P.124)

Numa visão geográfica, segundo Haesbaert (2005, p.01) território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional poder político. Ele diz respeito, tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação. Lefebvre (apud HAESBAERT, 2005, p.01) distingue apropriação de dominação (“possessão”, “propriedade”), o primeiro sendo um processo muito mais simbólico, carregado das marcas do vivido, do valor de uso, o segundo mais concreto, funcional e vinculado ao valor de troca. Sendo assim, Queiróz (2011, p. 122) concorda que

O território pode assim ser descrito como interação conjunta de um espaço (socialmente produzido) com a ação humana (raramente isolada), expressos nas formas e nas alterações que a ação dos indivíduos produz sobre a base física e natural em que se encontram.

Observamos que em uma visão geográfica a constituição do território, está diretamente atrelada à ocupação humana, independente da forma como esta apropriação ocorra. Haesbaert (2005) ainda afirma que, como decorrência deste raciocínio, é interessante observar que, enquanto “espaço tempo vivido”, o território é sempre múltiplo, diverso e complexo, ao contrário do território unifuncional proposto pela lógica capitalista hegemônica.

Queiróz (2011) ressalta que segundo Haesbaert, existem variações conceituais de análise do território em três vertentes: política, cultural e econômica. Para cada vertente, há um conjunto de elementos norteadores do conceito. A vertente política, a mais difundida entre todas, como visto em algumas referências retrocitadas, possui como elemento central de sua análise o poder. O poder tem um significado muito forte para o conceito de território,

todavia, deve-se ter a clareza de que tal elemento possui único objetivo: o da legitimação. A (re)formulação do pensamento ideológico faz com que parte da população passe a legitimar os poderes de determinados indivíduos.

Trazendo para a abordagem das políticas territoriais, concordamos que o elemento central do conceito de território é o poder, no que diz respeito à legitimação, segundo Queiróz (2011), a compra e a venda do espaço, quer seja no espaço urbano ou no agrário, determina que haja uma apropriação diferenciada da dimensão espacial. A apropriação diferenciada envolve relações de poder, essenciais para manutenção e criação dos territórios.

Na visão do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) tem-se o território como

Um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meios de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial. (MDA/SDT, 2003, p. 34).

O desenvolvimento rural, moldado a um quadro territorial, descarta a análise setorial (e regional), no desafio de integrar o agricultor à indústria e de criar condições para que a população valorize um certo território num conjunto muito variado de atividades e de mercados (SDT/MDA, 2003, p. 4). Segundo Schneider (2004, p.94)

Fora do Brasil, a discussão sobre o desenvolvimento rural tem recuperado seu espaço e animado tanto discussões teóricas e analíticas quanto seus efeitos normativos e institucionais. Analisando-se alguns dos trabalhos e autores referenciais nesse debate recente, ressalta-se a preocupação dos estudiosos com quatro elementos-chave a partir dos quais se preconiza a retomada do debate sobre o desenvolvimento rural: a erradicação da pobreza rural, a questão do protagonismo dos atores sociais e sua participação política, o território como unidade de referência e a preocupação central com a sustentabilidade ambiental.

Desse modo, o governo brasileiro, baseando-se em modelos estrangeiros<sup>4</sup>, criou medidas para desenvolver o meio rural a partir deste enfoque territorial, onde se busca, pelo menos teoricamente, a superação da pobreza, a sustentabilidade e inserção do pequeno agricultor ao mercado. Surge então a criação dos territórios rurais.

---

<sup>4</sup>O programa Ligações Entre Ações de Desenvolvimento das Economias Rurais( LEADER) , desenvolvido na Europa, ainda hoje é a principal referência de programa territorial de desenvolvimento rural. (ARAÚJO,2010, p.07)

## 1.2 Territórios Rurais e Territórios da Cidadania

Nesta perspectiva do uso do território como categoria na adoção de políticas para o desenvolvimento do meio rural, principalmente na Europa, buscamos superar esta dicotomia entre rural e urbano, desconstruindo a ideia de que o meio rural está categoricamente voltado ao setor agrícola. A partir dos projetos de Infraestrutura (PROINF) objeto de estudo desta dissertação, mostraremos mais adiante como o campo pode ser trabalhado socialmente, culturalmente, e economicamente de forma que não necessariamente se utilize a agricultura como suporte no desenvolvimento local. Segundo Hespanhol, (2010. P. 126)

Um dos marcos dessa mudança de perspectiva em termos de políticas públicas foi o Programa Ligações Entre Ações do Desenvolvimento da Economia Rural (LEADER), implantado na União Europeia a partir dos anos 1990. Esse programa inovou ao considerar as peculiaridades locais das regiões selecionadas, adotando o enfoque territorial em substituição à perspectiva anterior que privilegiava a dinâmica setorial (agricultura, indústria, comércio etc.).

No Brasil, os Territórios Rurais foram criados a partir de uma política do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Concomitantemente o Governo Federal elaborou o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT)<sup>5</sup>. O principal resultado dessa política foi a criação da Secretária de Desenvolvimento Territorial (SDT), na esfera do MDA, sendo o referido programa acolhido no âmbito do Plano Plurianual do Brasil de 2004 – 2007. (MDA, 2012)

Segundo Queiróz (2011) o enfoque territorial é apresentado na visão da SDT/MDA como elemento integrador dos espaços, dos agentes sociais (produtores e consumidores deste espaço), dos mercados e das políticas locais. Já os territórios rurais são representados pelos espaços onde predomina o que o MDA chama de “elementos rurais” (apresentados como um ambiente natural pouco modificado e/ou parcialmente convertido pela atividade agrossilvopastoril; baixa densidade demográfica; base na economia primária etc.). Nesses

---

<sup>5</sup> Em 2003, com o início do governo Lula, uma das estratégias de desenvolvimento rural adotadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) foi a estruturação de Territórios de Identidade, no âmbito do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais, o PRONAT. A proposta do Programa se baseia na promoção de debates sobre o desenvolvimento rural a partir de uma perspectiva territorial, tendo no conselho gestor o principal espaço para a construção de propostas e definição das prioridades de investimento dos recursos do Programa. (FERREIRA, 2012. P.194)

territórios estão inclusos os espaços urbanizados que compreendem pequenas e médias cidades, vilas e povoados.

De forma empírica, observamos que estes programas e projetos políticos não possuem a funcionalidade que deveriam, ou não são assistidos com o rigor adequado. É notório que o Governo Federal pressionado pelos movimentos sociais ao longo dos anos, estudou formas de como combater a pobreza rural e desenvolver este território a partir de modelos estrangeiros. Na prática a aplicabilidade destas políticas de forma subjetiva, acaba se atrelando a programas de crédito, semelhantes aos aplicados ao grande e médio proprietário rural. Desse modo, vemos uma transformação da agricultura de subsistência em uma agricultura de mercado, como ressalta Queiróz (2011, p. 118)

Grande parte das políticas implantadas para o meio rural nas últimas décadas caminha dentro do chamado paradigma do capitalismo agrário, ao assegurar que único futuro para o meio rural está na transformação do camponês em um agricultor familiar, cuja produção é voltada para o mercado.

Os Territórios Rurais a partir dos anos que sucederam sua implementação foram passando por várias transformações, e criaram-se estratégias de aperfeiçoamento desta política de acordo com as discontinuidades ocorridas na sua aplicabilidade. A partir daí programas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) entre outros, tornaram-se instrumentos importantes no desenvolvimento destes territórios; pois segundo Echeverri et. al. (2010 p.84)

O âmbito de competências ou temas atendidos pelo PRONAF se centraliza nas necessidades mais importantes dos agricultores familiares, considerando de forma integral os aspectos de fortalecimento da empresa agrícola do agricultor familiar (financiamento, capacidades e tecnologia) e seu entorno produtivo (infraestrutura). Os recursos públicos destinados a esta política se constituíram em fundos que permitiram uma estrutura fiscal de execução que tem prevalecido no tempo.

Para um melhor funcionamento da estrutura dos territórios rurais, foi de suma importância à criação dos Colegiados Territoriais, onde se descentralizou a gestão apenas da instância federal e levou os próprios membros do território a fazerem parte da gestão das ações aplicadas.

Segundo Echeverri (2010), a participação das organizações sociais e dos grupos de agricultores familiares nos processos de definição e gestão da política pública para o desenvolvimento rural encontrou um esquema de consolidação através dos colegiados territoriais. Estas estruturas vêm se consolidando ao longo do tempo, iniciando com a

estrutura de Colegiados Territoriais no nível municipal, estadual e federal, desde sua denominação em 1996.

No início, os Colegiados se converteram em estruturas que permitiram a gestão conjunta das entidades públicas e os agricultores familiares, aplicando modelos de negociação, consenso e cogestão. Embora sua natureza tenha sido de caráter consultivo, não obrigatório, para as decisões de investimento público, converteram-se no cenário de construção de uma cultura de planejamento, participação e negociação, que contribuíram com muitos benefícios ao processo de democratização das decisões relacionadas com as políticas públicas.

A partir de 2008, o Governo Federal lança o programa Territórios da Cidadania, que veio reestruturar os territórios rurais já existentes desde 2003. Segundo o MDA e a SDT, o programa de Territórios da Cidadania é parte do esforço conjunto do Governo Federal para priorizar suas ações em regiões e sub-regiões onde os investimentos públicos e privados não têm sido suficientes para garantir o atendimento às necessidades básicas da população, bem como para acelerar processos locais e sub-regionais que ampliem as oportunidades de geração de renda de maneira desconcentrada e com a observância da sustentabilidade em todas as suas dimensões.

O principal objetivo deste programa é a superação da pobreza rural mediante um desenvolvimento de caráter sustentável, além de outras metas como: participação social na implantação das políticas públicas, universalização de programas básicos da cidadania e outros. Dessa forma, Echeverri et.al (2010. p. 90) reforça que

A adoção do Território como unidade de gestão significou um ponto de ruptura em função da introdução de uma diferenciação entre o espaço vivo, funcional, com dinâmicas sociais e culturais que, não necessariamente, correspondem aos recortes espaciais e territoriais da divisão político-administrativa, refletida nos estados e municípios, como havia acontecido até o ano de 2003. Foi introduzido o critério de que a unidade de intervenção da política deve corresponder com a realidade territorial, regional e espacial, como condição para o alcance de um maior impacto dos instrumentos de política.

Este programa, até o ano de 2012 compunha 120 territórios que representava 1.852 municípios (32,9% do total do País), uma população de 42,4 milhões de habitantes (23% do total do País) e atendia 525 mil famílias beneficiárias de Projetos de Assentamento de Reforma Agrária (67% do total do País). Atualmente existem outros territórios Rurais incorporados ao programa Territórios da Cidadania, porém estes dados não estão atualizados na Plataforma do MDA. (MDA, 2012)

Com isso, o programa compreende ações de melhoria da qualidade de vida no meio rural, como, por exemplo: Programa “Luz para Todos”, Habitação Rural e nos centros urbanos dos municípios pertencentes aos Territórios da Cidadania, Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); e melhoria da infraestrutura em Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária (MDA, 2012).

Segundo Echeverri (2010. p. 90), a SDT, em se tratando dos territórios da cidadania destaca os seguintes aspectos chaves: primeiro, a integração do urbano e do rural num mesmo espaço geográfico, que define a integralidade das relações funcionais, econômicas e sociais entre os espaços de baixa densidade populacional e os núcleos ou centros com os quais se relacionam. Segundo, o caráter multidimensional que introduz um equilíbrio com a visão predominantemente econômica que tem prevalecido nas concepções mais tradicionais de desenvolvimento rural e que introduz os aspectos sociais, ambientais, políticos e culturais como essenciais na construção das ações e programas. Terceiro, a introdução do tema da identidade e sua relação com a coesão social.

### **1.3 Políticas territoriais no Maranhão**

No Maranhão, o processo de criação dos Assentamentos Rurais intensificou-se da década de 1980 até o final dos anos 1990. Como se observa nas abordagens anteriores sobre formação dos territórios rurais e desenvolvimento dos assentamentos, estes processos não são simultâneos, ou seja, acontecem de forma gradual e diversificada por todo Território maranhense. É importante ressaltar que em cada região há uma articulação distinta na formação das unidades familiares levando em consideração as relações sociais ali existentes. (MATTOS JUNIOR. 2010).

Ao observar a história dos Assentamentos no Maranhão, podem-se conhecer, um pouco mais, as histórias de lutas no campo e a própria formação do Estado do Maranhão com suas diversidades culturais, identificando a relação entre o poder público, nas três esferas, com os agricultores familiares. Podem-se perceber também as discontinuidades das políticas públicas e as permanências dos processos produtivos (MATTOS JUNIOR, 2010, p. 23)

É evidente que as medidas de reforma agrária não podem ser aplicadas de forma intransigente sem levar em consideração as peculiaridades de cada lugar. Segundo O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), reforma agrária é um conjunto de medidas que visam promover a melhor distribuição da terra, mediante

modificação no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios da justiça social e ao aumento de produtividade.

O INCRA é o órgão responsável pela formulação e execução da política fundiária nacional. Dessa maneira, é esta instituição que busca viabilizar o acesso das famílias à terra após imissão de posse nas áreas desapropriadas pelo Governo Federal, ou regularizando áreas já ocupadas, através da implantação dos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária – PA's. E assim, orientar as ações para a criação, implantação, desenvolvimento, consolidação, propiciando ou favorecendo a organização socioeconômica dos beneficiários, o atendimento aos programas e serviços básicos de assistência técnica, crédito rural, de infraestrutura econômica e social vinculados ao Programa Nacional de Reforma Agrária.

Antes da aplicação dos programas do governo nos assentamentos, é importante frisar que se precisa elaborar um Plano de Desenvolvimento Sustentável em Assentamento de Reforma Agrária (PDA). O PDA é um estudo feito na área onde será implantado o PA, realiza-se um levantamento das condições climáticas, condições do solo, vegetação, levando em consideração a história de vida das pessoas que moram naquela área e seus interesses, ou seja, uma abordagem sobre a realidade do assentamento, com o objetivo de saber qual ação deve ser tomada, e quais programas deverão ser executados. Em assentamentos já consolidados em um determinado tempo, e que por alguns entraves não conseguiram atingir as mínimas metas de qualidade de vida para estas famílias, elabora-se o Plano de Recuperação do Assentamento (PRA), como forma de reaver os problemas enfrentados por estes PA's.

Em todo o processo de territorialização, ou seja, construção destes Territórios Rurais, a luta no campo sempre esteve presente, e uma forma de minimizar estes entraves foi o modelo de organização dos trabalhadores rurais na forma de Assentamento proposto pela Reforma Agrária. Cabe aqui ressaltar, que os problemas no campo nunca deixaram de existir, mesmo com a implementação do Plano Nacional de Reforma Agrária e criação dos assentamentos, pois era preciso se pensar, em como essas ferramentas eram recebidas pelo assentado, de que forma essa infraestrutura iria afetar as relações sociais e históricas construídas ali.

Portanto é importante frisar que o assentamento rural vai além de uma área agricultável, e se tratando do Maranhão busca-se compreender o assentamento rural como um território que vai agregar as mais diferentes formas de organização associativas que vão se concentrar em torno da produção e da participação de atividades que levem à incorporação das inovações estabelecidas (MATTOS JUNIOR, 2010). Logo, entender as

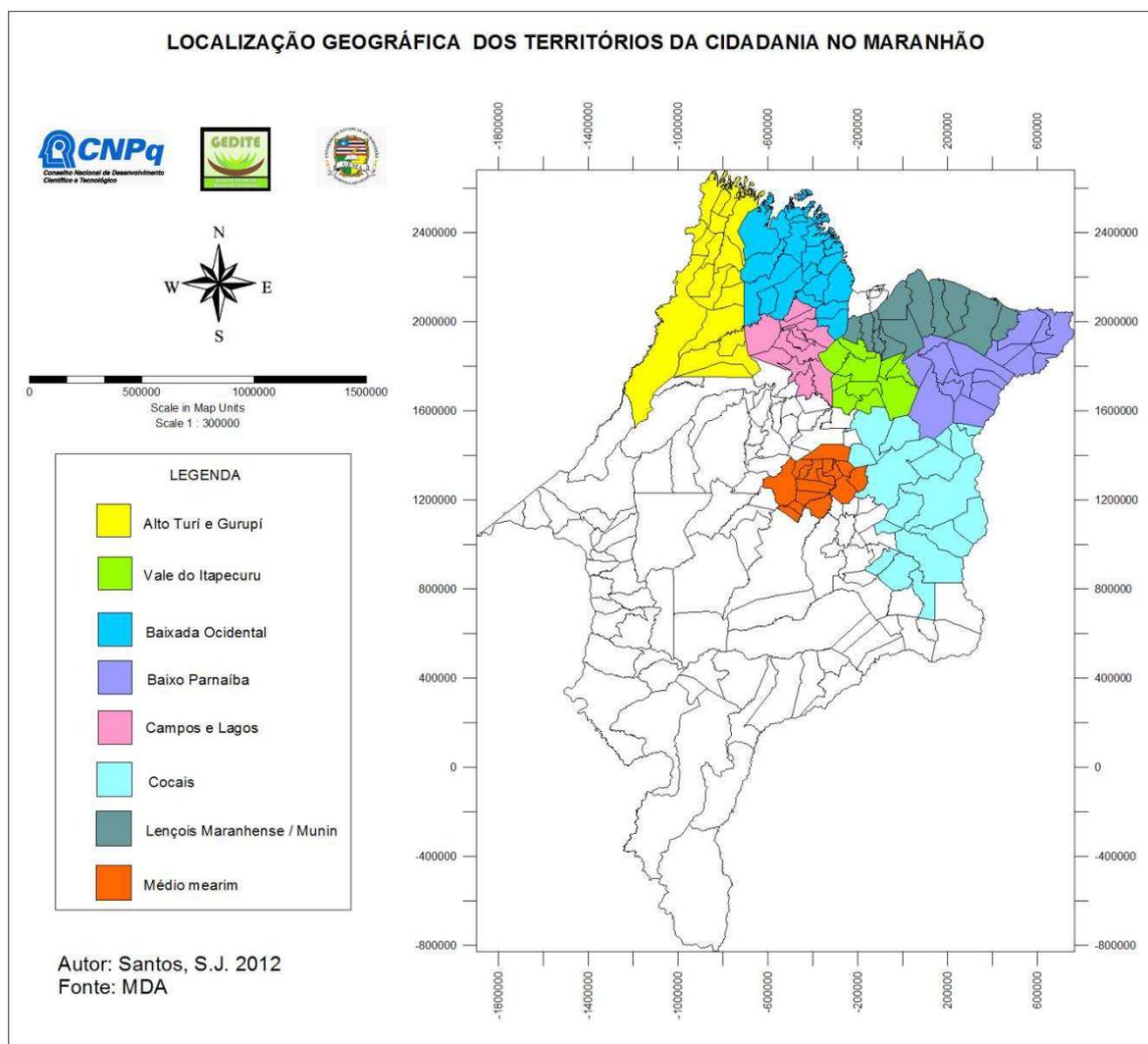
articulações presentes nos assentamentos rurais é de vital importância, pois esse processo contribuiu de forma significativa para a formação do estado do Maranhão.

A partir da criação em 2003, do PRONAT, o estado do Maranhão, junto com a Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário criou quatro territórios rurais, (Baixo Parnaíba, Lençóis Munim, Cocais, e Vale do Itapecuru). Em 2006, criou-se o território Baixada Ocidental, totalizando cinco territórios rurais no Maranhão, com objetivo de desenvolvimento estratégico integrando os municípios pertencentes ao território na implementação de ações e programas federais. Em 2008 com a criação do programa Territórios da cidadania, houve a reestruturação dos territórios anteriores e a criação de mais três, Campos e Lagos, Alto Turí e Médio Mearim. Atualmente existem 8 territórios da cidadania atuantes no estado (mapa 3), com a possível inserção de mais dois territórios ao programa<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> As informações sobre os territórios da cidadania encontram-se desatualizadas nas plataformas das instancias que desenvolvem o programa, por este fator não obtive informações sobre os novos territórios que estão possivelmente sendo implantados.

### Mapa3: Territórios da Cidadania no Estado do Maranhão.



Fonte: MDA, 2012

#### **1.4 Políticas Territoriais no Vale do Itapecuru**

O Território Vale do Itapecuru, abrange uma área total de aproximadamente 8.932 km<sup>2</sup>, com população total de 268.335 habitantes, dos quais 127.814 vivem na área rural, o que corresponde a 47,63% do total. Possui 16.865 agricultores familiares, 6.130 famílias assentadas e 54 comunidades quilombolas (MDA, 2010).

Este Território possui características estruturais que fazem desta uma região privilegiada quanto à circulação de produtos e serviços. O conjunto de estradas, assim como as BR's 135 e 222, além das MA's 020, 226, 324 e das vicinais existentes na região e do conjunto de ferrovias, como as do Carajás/Ponta da Madeira e São Luís/Teresina que atravessam o território fazem parte desses objetos estruturais, favorecendo a circulação (PTDRS, 2010, p. 18).

A vegetação que cobre o Território se enquadra em parte na Floresta Estacional Decidual e Semidecidual, predominando a mata de cocais, com a característica de uma floresta não muito densa, com um porte médio. Esta vem sendo desmatada para a plantação de pastagens, principalmente, e substituída em virtude dos grandes projetos do chamado agronegócio, que avançam por todo o Maranhão e também no território em questão. Este fato tem provocado sérias consequências para os rios da região, já que sem a vegetação, o solo fica sem proteção e acaba sendo erodido com maior facilidade, provocando o assoreamento dos cursos d'água.

Além das questões relacionadas ao desmatamento, o crescimento das cidades, sem planejamento, tem gerado muitos problemas para o ambiente e para a população (PTDRS, 2010, p.1).

Observando as características físicas, podemos identificar que, em termos de extensão o território possui uma grande área de abrangência. Alguns dos entraves que poderá ser percebido ao longo da pesquisa, para o mau funcionamento de algumas políticas, é esta desarticulação na comunicação e interação, consequente da dimensão espacial do vale do Itapecuru.

Em seguida à criação do território, em 2003, o Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER), foi formado para gerir as propostas políticas que deveriam desenvolver esta região de forma econômica e social. Este colegiado é composto por membros da sociedade civil e do poder público, criando assim uma articulação direta entre os atores sociais (beneficiários das políticas), e os órgãos governamentais. Segundo Nierdele, (2014. P.106)

As políticas de desenvolvimento territorial sugerem a emergência de um novo modelo de governança condizente com a necessidade de ampliação da interlocução entre diferentes grupos sociais. Este modelo busca integrar Estado e Sociedade Civil na gestão dos problemas públicos a partir da formação de *redes* heterogêneas, da constituição de *espaços públicos* onde os atores confrontam seus referenciais de desenvolvimento e da criação de uma nova institucionalidade que regula as relações políticas.

Temos neste modelo de desenvolvimento, uma forma de inserir o receptor dos benefícios, como um participante da proposta política do território. Teoricamente, este método propõe levar aquelas pessoas que não possuem acesso ao estado a estarem buscando reconhecimento, e exigindo medidas que somente eles como atores sociais pertencentes ao processo de luta serão capazes de exigir. Desse modo, ainda segundo Nierdele (2014), a consolidação da participação e a co-construção da ação pública revelam-se na importância renovada conferida às instâncias de concertação social, em especial aos Colegiados Territoriais.

A primeira ação do colegiado para trazer recursos e viabilizar políticas para o território foi a criação do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural e Sustentável (PTDRS)<sup>7</sup>. A elaboração deste documento é feita por meio de uma assembleia (Foto1), seguindo uma metodologia do MDA, onde uma entidade não governamental, vinculada ao programa irá mediar propostas políticas, projetos produtivos, acesso aos créditos e outros benefícios que a sociedade civil propuser.

---

<sup>7</sup>Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) - principal instrumento construído no ano 2004, de forma participativa pelo colegiado, em apoio à gestão social do desenvolvimento territorial. O PTDRS foi o primeiro produto elaborado pela sociedade civil, dando início às ações de desenvolvimento territorial. A responsabilidade técnica na elaboração do Plano foi da Planeja, de forma participativa, contando, especialmente, com a estrutura do Colegiado do território.

**Foto 1: Reunião do Colegiado Territorial com participação de sociedade civil e poder público.**



**Fonte: S.J. Santos. 2015.**

Na teoria, as principais metas a serem alcançadas com a elaboração do Plano Territorial Sustentável, Segundo o PTDRS, (2010) é:

- a) A elaboração e implementação do PTDRS proporcione a construção de um ambiente que fortaleça a cultura da gestão e controle social bem como a formação de redes sociais de cooperação;
- b) A construção e execução do PTDRS estabeleça um processo de articulação e coesão das diversas políticas públicas federais, estaduais e municipais;
- c) A preparação e efetivação do PTDRS estabeleça um processo de empoderamento dos atores mais fragilizados do território (agricultores familiares, assentados de reforma agrária, povos indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, extrativistas, mulheres, jovens entre outros);
- d) A elaboração e aplicação do PTDRS constitua um processo de fortalecimento da dinamização econômica e social dos territórios rurais;

De forma empírica, esta exatidão, desde o processo de construção dos territórios como categoria de desenvolvimento, até a elaboração dos planos para aplicabilidade das políticas não ocorre. Percebemos uma fragilidade durante todo esse processo em diferentes instancias, como, por exemplo, na convocação dos membros da comunidade para serem representantes no colegiado; nem todos os municípios pertencentes possuem membros atuantes nas decisões.

A formação de redes sociais de cooperação e a coesão das políticas federais, estaduais e municipais no território também sofrem certo descompasso em suas

aplicabilidades. Há divergências na construção de algumas cooperativas, o poder público municipal nem sempre aparece como um aliado dos atores sociais e conseqüentemente algumas áreas de assentamentos da reforma agrária ficam ausentes dos programas.

### **1.5 O Assentamento Extrativista leite e o Processo de Regularização Fundiária.**

Dentro desta articulação da funcionalidade das políticas territoriais, é inerente compreendermos a formação do PA Leite enquanto assentamento rural e concomitantemente área abrangida pela política de territórios rurais.

Temos o Território como fruto do processo de apropriação e domínio de um espaço, onde os valores culturais e políticos que serão construídos neste lugar a partir desta dominação, levarão a uma identidade deste Território. Sendo assim, as articulações e relações sociais desenvolvidas por um povo, que os motiva ao processo de territorialização, ou seja, a apropriação de novas áreas a partir de seus interesses.

Trazendo esta abordagem para o objeto de estudo, que são os Assentamentos Rurais<sup>8</sup>, podemos reconhecê-los como um Território, tendo em vista a forma de apropriação e os meios pelo qual estas unidades de produção se formam dentro do espaço que estão relacionados aos conceitos citados anteriormente. Observando o processo de formação destes Territórios nota-se que há durante toda a sua evolução, uma territorialização, ou seja, determinados grupos sociais se organizando espacialmente em uma escala temporal.

Nesse sentido, a noção de territorialização é definida como um processo de reorganização social que implica: 1) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; 2) a constituição de mecanismos políticos especializados; 3) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; 4) a reelaboração da cultura e da relação com o passado. (OLIVEIRA, 1998, p. 55).

Ressaltando o que diz Oliveira (1998), o processo de formação dos assentamentos rurais está atrelado à criação de uma unidade sociocultural, e da relação com o passado, ou seja, criação de novos valores culturais agregados a uma cultura pré-existente. A partir

---

<sup>8</sup>Criados pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) por meio de obtenção de terras, na forma tradicional, denominados Projetos de Assentamentos (PA), e ambientalmente diferenciados, denominados Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE), Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) e Projeto de Assentamento Florestal (PAF). Ressaltando que o objeto de estudo da presente pesquisa, são os PA's, (Projetos de Assentamentos) que poderão aparecer no decorrer das análises apenas como assentamentos rurais.

destas lutas travadas no meio social e político sobre o direito e posse da terra, surgem as primeiras ações do Governo voltadas para conter essa problemática.

O Segundo Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) é criado no ano de 2003, no Governo Lula e teve uma colaboração principalmente, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST),<sup>9</sup> com isso, a primeira gestão do governo Lula começou com uma grande esperança pela realização da reforma agrária. Os movimentos camponeses realizaram o maior número de ocupações de terras e de família da história da luta pela terra no Brasil (Fernandes, 2008). Sendo assim, a reforma agrária estava cumprindo seu papel em distribuir terra para quem não tinha, mas os embates com o agronegócio não deixaram de existir, e aos poucos o governo começa tratar a reforma agrária de forma menos radical, que segundo Fernandes (2008, p. 06)

De forma velada, o governo Lula não desapropria terras nas regiões de interesses das corporações para garantir o apoio político do agronegócio. Mesmo em regiões de terras declaradamente griladas, ou seja, terras públicas sob o domínio dos latifundiários e do agronegócio, o governo não tem atuado intensamente no sentido de desapropriar as terras. Somente as ocupações e o acirramento dos conflitos é que podem pressionar o governo a negociar com o agronegócio para cessão da fração do território em conflito. Mas, ao mesmo tempo em que ocorre esta lentidão, o presidente precisa dar uma resposta objetiva aos camponeses sem-terra. Esta postura resultou numa reforma agrária paradoxal. Aproveitando-se do acúmulo das experiências de implantação de assentamentos, o governo Lula investiu muito mais na regularização fundiária de terras de camponeses na Amazônia do que na desapropriação de novas terras para a criação de novos assentamentos de reforma agrária.

É perceptível nesta “Reforma Agrária Paradoxal” que há dois processos de formação dos Projetos de Reforma Agrária no Brasil, de um lado há uma desapropriação de áreas que serão destinadas a pessoas sem terra, e do outro lado há outra situação, em que o processo é apenas de regularização de terras.

De uma forma genérica, os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra (BERGAMASCO/NORDER, 1996, p. 08) .

Dentro desta conjuntura, Fernandes (2008) afirma que o processo de regularização fundiária vem enfraquecendo os movimentos sociais sem terra na atualidade, pois deveria se aplicar uma política agrária que atendesse os interesses do campesinato. Um exemplo seria a

---

<sup>9</sup>A eleição da primeira gestão do governo Lula (2003-2006) teve o apoio do MST. Havia a perspectiva de um governo ofensivo na implantação da Reforma Agrária, considerando que esta era uma promessa de Lula. Em 2003, membros do MST participaram, junto com um grupo de especialistas coordenado por Plínio de Arruda Sampaio, da elaboração do segundo Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA). (Fernandes, 2008, p. 04)

execução de uma política de reforma agrária ofensiva que intensificasse o processo de territorialização dos movimentos camponeses com a criação de mais assentamentos por desapropriação que por regularização fundiária.

No Maranhão, o processo de reforma agrária que prevaleceu em grande parte do estado, foi a regularização fundiária, pois muitos dos moradores do campo, já viviam nas áreas que foram destinadas à reforma agrária.

Seguindo por este viés observaremos que o PA Extrativista Leite passou pelo mesmo processo de regularização fundiária onde o assentamento anteriormente era uma fazenda pertencente a José Cazuya Lopes (Português). Ele não possuía escritura da terra, várias famílias da região foram se unindo e viviam de forma harmoniosa, inclusive a família Leite que deu origem ao nome do assentamento. Contudo, este processo de transformação do povoado em assentamento não se deu de forma tão harmoniosa. Conforme Carneiro (2004)

Em 1945 os Irmãos Raimundo e Antônio Mamede saíram do município de Campo Maior-PI e se estabeleceram na sede do município de Vargem Grande. Apesar de originalmente ligados à agropecuária, ao chegar ao Maranhão seu primeiro negócio foi o comércio de tecidos, no qual foram ajudados pelo atual prefeito da região Dr. Sebastião F. Bandeira que convidara a se estabelecerem na região. O retorno à atividade agrícola dos Mamede se deu um ano depois quando o Prefeito Dr. Bandeira que havia requerido o usucapião da área da fazenda lhes concedera um imóvel. É o momento em que o seu Zacarias, morador, denomina reforma agrária dos partidários.

A partir desses fatos que se sucederam, é importante frisar que várias famílias já estavam morando naquelas terras desde antes da propriedade passar para as mãos dos Mamede. Ainda Segundo Carneiro,

Essa redefinição do controle da terra por grandes e médios proprietários não fez a custa da expulsão dos seus antigos moradores, que continuavam a viver e se reproduzir na região, subordinados a antigos e novos patrões, através de diversos mecanismos de exação da renda e controle político (...) O desenvolvimento dessas atividades era baseado no trabalho de camponeses subordinados, que com o pagamento de diárias e permissão para cultivar na terra dos patrões, eram mobilizados para tocar as atividades.

Nesta configuração temos camponeses vivendo em uma relação de compadrio com os donos da terra de modo que ambos parecem satisfeitos dentro de suas atividades econômicas. Esta relação de patronagem dura por vários anos e pode ser observada em diversas áreas do território maranhense, não só na região do Itapecuru. Porém, desta relação que parece ser harmoniosa é inevitável eclodir o conflito. E estes primeiros choques entre

patrão e trabalhador irão surgir no momento em que uma das duas partes não estiver satisfeita com a atual situação. E no povoado Leite não foi diferente.

Conversamos com os primeiros moradores do Povoado (inclusive o seu Zacarias citado por Carneiro) para entendermos de forma mais precisa a origem do conflito. Segundo o entrevistado, todos os moradores viviam como arrendatários até a chegada da segunda geração dos Mamede, a família do seu Mamede não via os trabalhadores rurais como algo lucrativo para seus interesses.

*Eu respeitava ele como patrão, mas aí chegou umas família, as família dele e acharam que era pra mode de eu desocupar a área. Eu já morava há muito tempo, tinha um casebrezim. Mas ele mandou uma carta dizendo pra eu sair da área que eu não servia pra ser agregado dele. A carta tava falando bem, porque ele tinha adquirido duzentos e poucos hectares edemarcou dois mil e seiscentos, então vamos fazer uma base que se eu for justificar eu não tava sendo agregado dele, ele tirava os seiscentos e tanto dele e sobrava terra pra nós viver. (Informação verbal)<sup>10</sup>.*

Observando a fala do morador notamos que há uma incompatibilidade entre a quantidade de terra pertencente à família Mamede e a quantidade requerida. Desta insatisfação dos moradores surgem os primeiros conflitos, que a principio parecem ser de forma pacífica com a interferência de um órgão governamental, mas na medida em que os anseios dos trabalhadores não são cumpridos, a causa vai criando força e cada vez mais aliados. Carneiro (2004) diz que este processo de ruptura na relação de Patronagem (Patrão-cliente) se dá por um duplo movimento, da parte dos patrões com a chegada de uma nova geração de Mamede à direção dos negócios da família, e do lado dos camponeses, como processo de resistência à tentativa de expropriação.

De acordo com o líder do sindicato dos trabalhadores rurais, a partir de 1980, o fator crucial para eclosão dos conflitos no Leite, se dá pela recusa dos Mamede em ceder terra para novos arrendamentos. Nesse contexto, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Itapecuru- Mirim passa a intermediar as ações que irão se desencadear.

Segundo relatou seu Zacarias, a luta judicial foi travada em 1981, decorrente da proibição por parte da família Mamede, dos moradores reformarem e construir moradias, e a elevação do preço de arrendamento da terra, em que seu Zacarias se recusou a pagar o valor proposto. Foi então que os Mamede pediram a reintegração de posse da área. E em junho do

---

<sup>10</sup> Informação fornecida pelo sr. Zacarias em outubro de 2015.

mesmo ano, o STR fez uma denúncia ao INCRA informando que a família Mamede estava causando problemas aos moradores do povoado Leite.

No primeiro momento do conflito o INCRA adotou uma medida conciliatória tentando firmar um contrato de arrendamento; porém, segundo o entrevistado, em 1983 o sindicato volta a denunciar no INCRA o não cumprimento do acordo por parte dos Mamede. Os trabalhadores que ali moravam, juntamente com o STR pediram a desapropriação das terras. Vale ressaltar, que a priori a luta judicial travada no Leite, tem um caráter particular entre Mamede e Zacarias, já que este se opôs a pagar o arrendamento previsto tornando-se protagonista inicial dos primeiros conflitos.

De acordo com Carneiro, Zacarias não era um agregado qualquer. Ele era aquilo que os estudos de patronagem definem como intermediário, um personagem social com uma relação mais direta com o patrão que lhe permite ser capaz de enfrentá-lo mediante suas insatisfações. Outro fator que destaca Zacarias (foto 2), na rede de relações de patronagem, é a capacidade de mobilizar recursos como contratação de um advogado, por exemplo, no primeiro momento em que a justiça pediu a reintegração de posse da área.

*Eu falei com meu constituinte e ele conseguiu uma audiência, ele era um advogado muito bom, eu sentei dinheiro e vai daqui, vai de acolá e eu não tive mais recurso e apelei pra justiça de Deus, fui na diocese, Dom Reinaldo, que Deus já recolheu, ele que também ajudou com o advogado até a gente ter a ganha de causa. (informação verbal)<sup>11</sup>*

Neste processo de regularização fundiária, podemos destacar que o fato de existir um agregado com recursos políticos, participação da igreja católica e o apoio do STR, contribuíram diretamente para que a causa passe de um caráter mais pessoal e ganhe proporções maiores. Dessa forma, durante o processo de luta, para a justiça, segundo os Mamede, havia 35 agregados na área, de acordo com seu Zacarias existiam mais de 200 moradores dentro do perímetro.

---

<sup>11</sup> Informação fornecida pelo sr. Zacarias em outubro de 2015.

**Foto 2: Entrevista com seu Zacarias, um dos primeiros moradores do assentamento.**



Fonte: S.J Santos, 2015.

A justiça a partir desta conjuntura pediu que os moradores recolhessem assinaturas para o pedido de desapropriação da área, pois não reconheciam ainda a coletividade da causa, conforme nos relatou seu Zacarias, diziam que *“não adiantava tirar a terra de um grileiro e passar para outro”*. O recolhimento das assinaturas então provaria que a luta pelo direito a permanência na terra não era apenas de um sujeito. Deste modo foi determinado que se os trabalhadores rurais conseguissem mais de 75 assinaturas o processo de desapropriação poderia ser encaminhado. Os moradores conseguiram 81 assinaturas.

Para o INCRA, o processo de desapropriação estabelece as regiões prioritárias para obtenção de terras, de acordo com alguns critérios pré-estabelecidos na Portaria MDA/Incrá nº 06/2014, tais como maior proporção de famílias do campo em situação de extrema pobreza e áreas com maior concentração fundiária. Nas regiões prioritárias e nas buscas locais, o INCRA visa inicialmente os imóveis rurais classificados como grandes propriedades, aquelas cuja área é superior a 15 módulos fiscais<sup>12</sup>. Pequenas e médias propriedades não podem ser desapropriadas.

---

<sup>12</sup>A classificação que é definida pela Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 leva em conta o **módulo fiscal** (e não apenas a metragem), que varia de acordo com cada município. O município de Itapecuru-mirim possui módulo fiscal equivalente a 55 hectares.

O Incra utiliza dois indicadores para aferir se a grande propriedade rural vistoriada é produtiva ou não: o Grau de Eficiência da Exploração (GEE) e o Grau de Utilização da Terra (GUT). O imóvel rural é considerado improdutivo pelo Incra quando, ao aferir sua produtividade, o órgão constatar imóvel não alcança os graus de exploração exigidos por lei (veja ao lado). A pouca ou nenhuma exploração econômica do imóvel é um dos itens preconizados pela Constituição Federal e Lei 8.629/03 como indicador de que o imóvel rural em questão não cumpre a **função social** e é passível de desapropriação. (INCRA, 2016)

Desta forma, o conflito se instaurou de forma concreta, pois a causa dos trabalhadores rurais moradores da área estava ganhando forças cada vez mais, levando em consideração todos os critérios de desapropriação propostos pelo INCRA. Observamos a partir da conversa com os assentados, que na região do Leite não houve conflitos diretos, armados. Porém a tensão e o processo de resistência também estão configurados como conflitualidades.

Segundo Fernandes (2004, p.26)

O conceito de conflitualidade é essencial para compreender a questão agrária, porque estorva possíveis visões linear-negativas na leitura do problema. Para compreender a conflitualidade é fundamental considerar as contradições e os paradoxos em que na solução de conflitos emerge tanto o desenvolvimento quanto novos conflitos. A desigualdade gerada e gerida pelo capitalismo não produz apenas riqueza, pobreza e miséria. Ela também desenvolve o conflito, porque as pessoas não são objetos que compõem unidades de produção. São sujeitos históricos que resistem a exploração e a expropriação, bem como querem compartilhar os resultados da produção de seu trabalho. Portanto, o desenvolvimento político econômico é igualmente o desenvolvimento de conflitos. O conflito é o estado de confronto entre forças opostas, relações sociais distintas, em condições políticas adversas, que buscam por meio da negociação, da manifestação, da luta popular, do diálogo, a superação, que acontece com a vitória, a derrota ou o empate. Um conflito por terra é um confronto entre classes sociais, entre modelos de desenvolvimento, por territórios. O conflito pode ser enfrentado a partir da conjugação de forças que disputam ideologias para convencerem ou derrotarem as forças opostas. Um conflito pode ser “esmagado” ou pode ser resolvido, entretanto a conflitualidade não. Nenhuma força ou poder pode esmagá-la, chaciná-la, massacrá-la. Ela permanece fixada na estrutura da sociedade, em diferentes espaços, aguardando o tempo de volta, das condições políticas de manifestação dos direitos.

Reforçando Fernandes (2004), A conflitualidade não deixa de existir dentro do espaço social, mesmo estando latente em determinadas circunstâncias. No caso do Leite Foi através desta manifestação dos direitos levou os moradores do povoado Leite a obterem o título de propriedade e a Criação do PA Extrativista Leite em dezembro de 1988, e atualmente o assentamento está integrado à política de territórios rurais/ da cidadania.

## **2. O PROINF NO TERRITÓRIO DA CIDADANIA VALE DO ITAPECURU**

A partir deste capítulo, faremos uma abordagem mais aprofundada sobre o desenvolvimento das políticas territoriais no Vale do Itapecuru, enfatizando a implantação dos projetos de Infraestruturas e a possibilidade destes empreendimentos contribuírem para o desenvolvimento social e econômico do assentamento Extrativista Leite.

Com a criação dos Territórios Rurais, e posteriormente o Programa de Territórios da Cidadania em nível nacional, várias estratégias começam ser pensadas no âmbito cultural, social, educacional e campanhas de saúde para desenvolvimento do território de forma uniforme. No setor econômico, algumas políticas de créditos já existentes anteriores aos Territórios rurais, como o PRONAF, passam a fazer parte das estratégias do CODETER; atrelados a outros programas recentes como criação de Projetos produtivos. Desta forma a partir da elaboração dos Planos Territoriais, pensou-se na criação de unidades produtivas ao longo do território visando beneficiar áreas de reforma agrária, pequenos agricultores atuantes nos municípios do território.

### **2.1 O PROINF como possibilidade para o desenvolvimento territorial**

O Projeto de Infraestrutura (PROINF), como sabemos, é uma ação orçamentária que compõe o PRONAF, cuja finalidade é financiar os projetos estratégicos para o desenvolvimento territorial definidos no PTDRS. Essas demandas são traduzidas em propostas técnicas que podem ser apoiadas com recursos de investimento em obras, máquinas, equipamentos e outros bens necessários para o fortalecimento da agricultura familiar, bem como, recursos de custeio que permitem fortalecer os processos de organização e de capacitação dos grupos de beneficiários, organizações e demais agentes de desenvolvimento territorial. ( PROINF, 2011. P. 8).

Os recursos do PROINF têm sido destinados à implantação de ações que potencializam a identidade territorial, a gestão social e a força da agricultura familiar para gerar resultados de desenvolvimento sustentável nos territórios rurais. Desta forma, os assentados da Reforma Agrária são beneficiados diretamente com estes projetos em seus municípios.

Por ser uma política do governo federal, existem os articuladores ou assessores territoriais e estaduais, que através do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e

juntamente com o Colegiado Territorial desenvolvem as propostas para implantação destes projetos produtivos.

Dentre as várias ações para o desenvolvimento territorial que compõem o PRONAT, o PROINF pode ser um programa com grandes chances de alavancar a estrutura produtiva dos assentamentos rurais pertencentes ao Território da Cidadania, pois parte deste recurso é destinado ao desenvolvimento econômico destas áreas. Apesar de ter sido estruturado como ação orçamentária a partir de 2008 dentro do Programa Territórios da Cidadania, a essência desta política já vinha sendo realizada através do PRONAF fomentando a criação de projetos produtivos em áreas de reforma agrária. Segundo Hespanhol (2010, p. 132) O PRONAF Infra - Estrutura e Serviços constituiu-se numa linha de financiamento do governo federal, implementada no período 1997-2002, com recursos não reembolsáveis, em parceria com os governos municipais.

Apesar do Pronaf infra- estrutura ter sido criado antes da categoria território ser implantada pelo MDA como medida de desenvolvimento, ele não divergia das propostas do PROINF, como ressalta Hespanhol, (2010,p.135)

Dentre os empreendimentos que poderiam se beneficiar dos recursos dessa linha de financiamento estavam aqueles relacionados à recuperação de solos; implantação de sistemas de abastecimento de água e geração de energia; armazenamento, transporte e venda coletiva de produtos; classificação, limpeza e beneficiamento de produtos agropecuários; etc. Para participar desse programa era necessário que os empreendimentos atendessem aos seguintes requisitos: a) fossem de uso coletivo e implantados em área pública; b) os benefícios fossem apropriados pelos agricultores familiares; e c) administrados de acordo com normas definidas pelos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural. A administração e o gerenciamento dos equipamentos e serviços de apoio financiados pelo PRONAF Infra-Estrutura e Serviços ficaram sob a responsabilidade das associações de produtores.

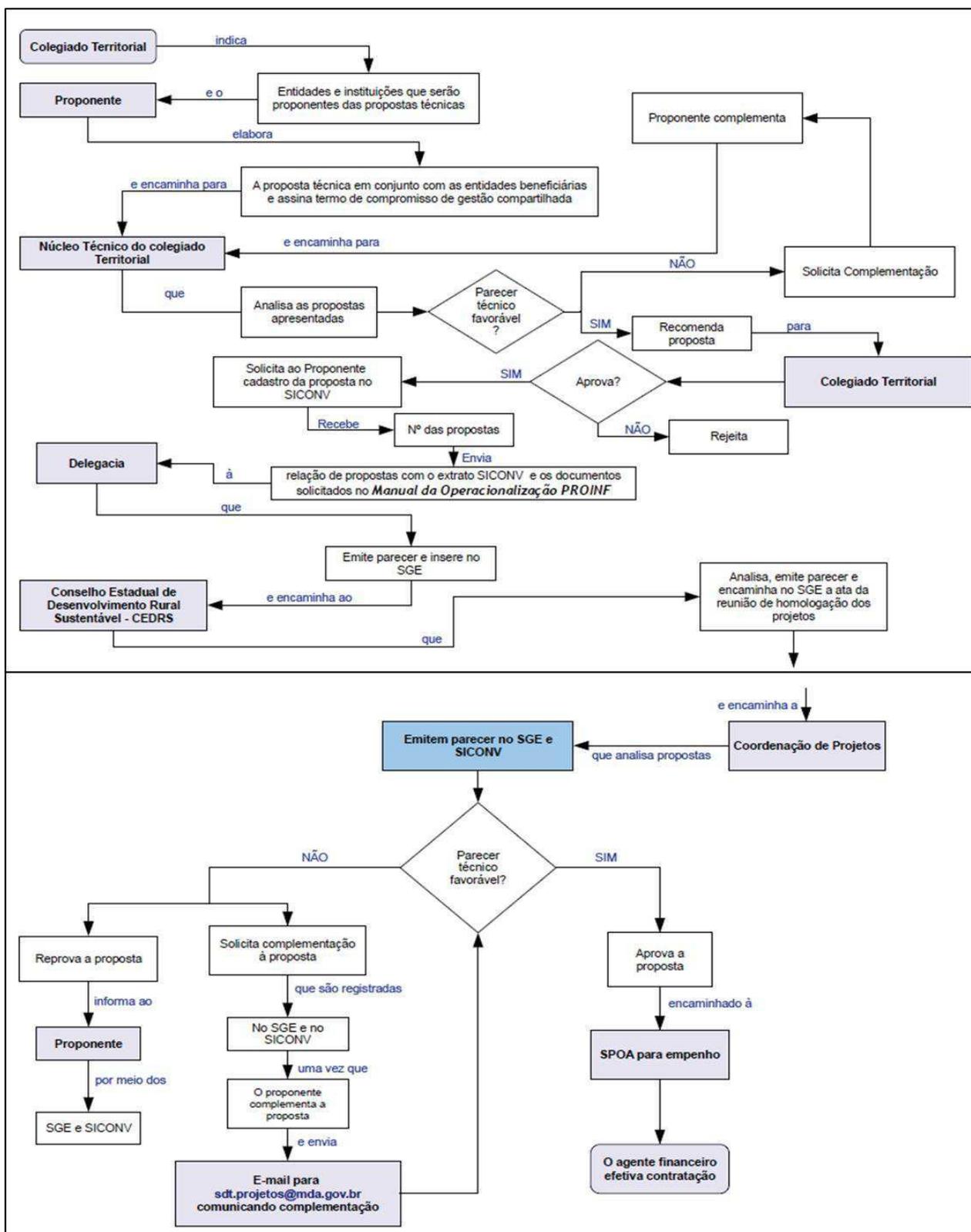
A criação do colegiado territorial a partir de 2003, e a participação social na decisão das ações no território, viabiliza uma escolha mais criteriosa de quais infraestruturas são realmente relevantes, quais comunidades estarão sendo beneficiadas pelo projeto, comprometimento dos atores sociais na manutenção e conservação dos equipamentos, e outros fatores que a princípio parecem suficientes para deslançar o programa. Porém na prática isso não ocorre. Muitas infraestruturas abandonadas, algumas nem saíram do plano de ação, e muitos beneficiários que sequer sabem que estão envolvidos no programa. Dentre este emaranhado de situações, várias perguntas surgem, tais como: onde surge o descompasso na implantação do Projeto? Quais fatores impedem a continuidade e o sucesso

do programa? Porque mesmo com mudanças no campo das ações, os mesmos erros são cometidos?

Tentaremos solucionar todas estas duvidas ao longo do trabalho, assim como criar hipóteses para solucionar estes entraves. A priori para entendermos os descompassos na implantação dos projetos produtivos, vamos fazer uma análise do processo de acesso ao PROINF a partir da ação do CODETER.

Segundo o Manual de Operacionalização do PROINF (2011), As propostas técnicas apresentadas para serem financiadas pelo Proinf passam por diversas instâncias de análise e recomendação desde o território até a entrada na Secretaria do Desenvolvimento Territorial. A figura a seguir apresenta um fluxograma sintético desse processo.

**Figura1: fluxograma do processo de elaboração do PROINF.**



Fonte: Manual PROINF 2011. MDA

Como observado na figura 1, o Território precisa ter uma entidade não governamental vinculada ao MDA, para elaborar a parte técnica operacional do projeto em conjunto com o colegiado, segundo Schneider (2013, p. 112) o CODETER é uma das instâncias pela qual os projetos devem passar para serem aprovados. É este o espaço privilegiado de negociação, articulação e decisão sobre as propostas prioritárias a serem enviadas e submetidas ao Proinf. A partir dessa negociação a proposta passa por todos os tramites até a liberação do recurso. É importante ressaltar que, existem prazos a serem cumpridos durante toda a burocracia do processo. Desta forma o primeiro entrave que pudemos notar ao longo do estudo feito no território de vale do Itapecuru, foi que o núcleo diretivo do colegiado demora chegar a um consenso quanto aos PROINFs estratégicos, cada membro quer levar a proposta para o seu município de origem, acarretando algumas vezes em escolhas de projetos não relevantes simplesmente para não perder a oportunidade do recurso financeiro. O mesmo ocorre em outros territórios, como observou Araújo (2015, p.39)

Observa-se no primeiro momento uma simples divisão dos recursos entre os municípios, cada um buscando “levar algo para seu município”, considerando que tanto os técnicos como os representantes das instituições na CIAT<sup>13</sup> não possuem elementos para fazer uma discussão sobre o desenvolvimento territorial e sobre os próprios projetos, analisando viabilidade econômica, social, mesmo que o recurso destinado para cada projeto fosse suficiente para sua execução. Nesse momento inicial, não há uma proposta de desenvolvimento territorial por parte dos técnicos do Estado responsáveis e mesmo do processo de execução de uma intervenção pública. Tem-se a simples discussão dos recursos do PROINF com a participação de segmentos do poder público e sociedade civil.

É importante analisarmos que, todo o processo de aprovação e execução do Proinf, perpassa pelas esferas: municipal (territórios), estadual e federal,

Desta forma, compete ao Colegiado Territorial manter um diálogo aberto com a Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (DFDA) e com o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural (CEDR) no sentido de indicar as propostas prioritárias. Em nível estadual, o CEDRS deve assessorar a elaboração das propostas técnicas, bem como após receber as propostas técnicas enviadas pela DFDA, analisá-las e emitir parecer de recomendação ou não, considerando as suas implicações para com as estratégias de desenvolvimento rural sustentável estabelecidas no estado. A SDT fica responsável por emitir o parecer técnico conclusivo aprovando, reprovando ou recomendando adequações às propostas técnicas recebidas. (Schneider, 2013. P. 112)

O modo de operacionalização do Proinf, de forma técnica é excelente e torna-se viável se executado de forma eficaz. Porém outras arestas, além das citadas anteriormente, implicam para uma má execução. Como por exemplo, uma parcela dos membros do colegiado territorial não possui conhecimento sobre os tramites (apesar das oficinas

---

<sup>13</sup>Comissão de Implantação das ações Territoriais

ministradas pela entidade vinculada ao programa) uma parcela mínima do colegiado tem participação do poder público, e quando ocorre tem um grande interesse político. Muitos membros estão cadastrados como atuantes no colegiado, porém nunca estiveram presentes em uma assembleia do mesmo.

Todavia, mesmo com os entraves enfrentados, o Território da Cidadania Vale do Itapecuru elaborou e executou a viabilização de alguns Proinfs, alguns obtiveram sucesso, outros não. A partir de então iremos compreender um pouco mais sobre estes empreendimentos no território.

## 2.2 A (des)articulação na implantação dos PROINFs no Vale do Itapecuru de 2003 a 2012

Os projetos de infraestrutura desenvolvidos no vale do Itapecuru, foram planejados a partir de 2003, mesmo ano de criação dos territórios rurais. De 2003 até 2009 vários projetos foram pautas das discussões do colegiado, porém somente alguns tiveram êxito. Abaixo uma listagem dos projetos planejados pelo território vale do Itapecuru.

### Quadro1. Projetos do PROINF planejados para o Território Vale do Itapecuru dos anos de 2003 a 2009.

ANO	OBJETO	PROPONENTE	SITUAÇÃO OBRA
2003	ABATEDOURO PARA CAPRINO, MELHORAMENTO GENETICO E ELEBORACAO DE PDTS	CANTANHEDE	CONCLUIDA
2004	IMPLANTACAO DA CASA DO MEL	ANAJATUBA	CONCLUIDA
2004	EDIFICACAO, AMPLIACAO AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS	CANTANHEDE	CONCLUIDA
2004	APOIO A PROFISSIONALIZACAO DE JOVENS RURAIS E ACOES DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E DE DIVERSIFICACAO DE CULTURAS	ITAPECURU MIRIM	CONCLUIDA
2005	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS	ANAJATUBA	CONCLUIDA
2005	CONSTRUCAO DE FABRICA DE SABONETE DE BABACU, AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS E APOIO A ATIVIDADES DE DESENVOLVIMENTO RURAL.	ITAPECURU MIRIM	CONCLUIDA
2005	CONSTRUCAO DE FABRICA DE GELO E AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS	MATÕES DO NORTE	CONCLUIDA
2005	APOIO A ASSISTENCIA TECNICA COM AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS	MIRANDA DO NORTE	CONCLUIDA

2005	AQUISICAO DE DUAS MOTOCICLETAS E UM COMPUTADOR	NINA RODRIGUES	CONCLUIDA
2005	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS E APOIO AS INTEGRACOES POLITICAS PUBLICAS E A CADEIA PRODUTIVA DA MANDIOCA	VARGEM GRANDE	CONCLUIDA
2006	CONSTRUCAO DE CENTRO DE COMERCIALIZACAO, COM AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS COMPUTADOR E PERIFERICOS.	ITAPECURU MIRIM	CONCLUIDA
2006	CONSTRUCAO DE UNIDADE DE COMERCIALIZACAO COM EQUIPAMENTOS E AQUISICAO DE COMPUTADORES E IMPRESSORA	SANTA RITA	CONCLUIDA
2007	APOIO INCLUSAO DIGITAL E BENEFICIAMENTO PRODUCAO EXTRATIVISTA	NINA RODRIGUES	NORMAL
2007	CONSTR. DE AGROINDUSTRIA DE BENEFICIAMENTO DE MANDIOCA AQ. EQUIPAMENTOS E INSUMOS	ANAJATUBA	NÃO INICIADA
2007	APOIO A CAPRINO CULTURA E EDUCACAO NO CAMPO	CANTANHEDE	NÃO INICIADA
2007	APOIO INCLUSAO DIGITAL E BENEFICIAMENTO PRODUCAO EXTRATIVISTA	VARGEM GRANDE	NÃO INICIADA
2008	IMPLANTACAO CENTRO DE REFERENCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR	ITAPECURU MIRIM	NÃO INICIADA
2009	CONSTRUCAO DE CASA DE FARINHA - BENEFICIAMENTO DE 2.000KG DE MANDIOCA/DIA. AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS PARA AGROINDUSTRIA	MATÕES DO NORTE	NÃO INICIADA

**FONTE: SGE ( listagem de projetos)**

O Quadro 1 evidencia os projetos de infraestrutura que foram planejados nos anos de 2003 a 2009. Destes Projetos alguns foram executados e concluídos e outros não foram iniciados ou ficaram inacabados.

Observamos que os Projetos desenvolvidos entre os anos de 2003 a 2006 tiveram suas obras concluídas e os que foram pensados a partir de 2007 a 2009 não foram iniciados, com exceção do Apoio a Inclusão Digital no Município de Nina Rodrigues. Cabe ressaltar que algumas destas infraestruturas são de suma importância para os assentamentos, como por exemplo, a construção da Agroindústria de Beneficiamento de Mandioca em Anajatuba e Matões do Norte (Quadro 01), estes projetos se fossem executados, levariam a uma valorização dos produtos destas regiões tirando pequeno produtor de uma simples agricultura de subsistência e inserindo no mercado. Porém percebemos que

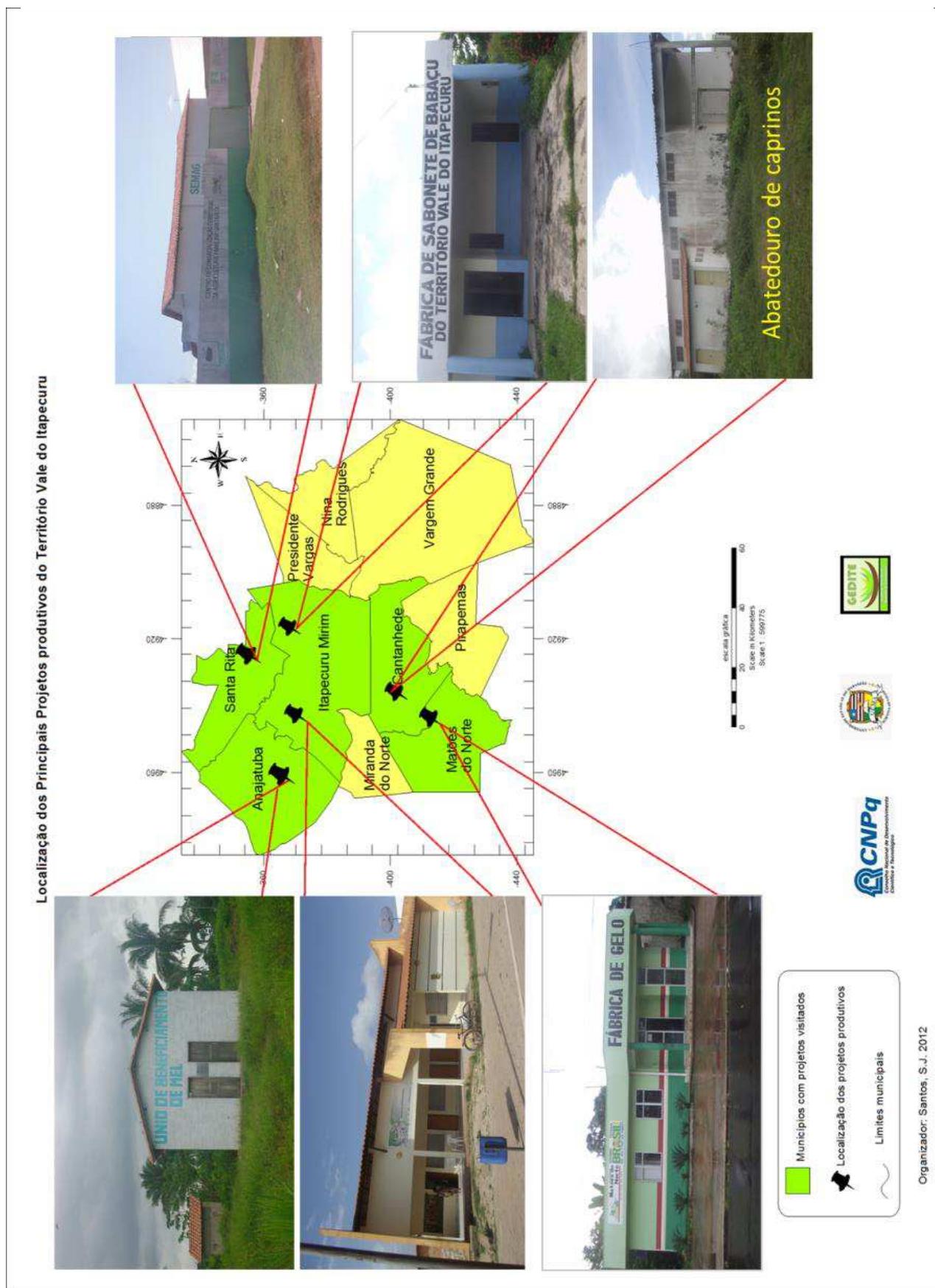
Todas as iniciativas governamentais e não governamentais não lograram inverter a lógica do modelo hegemônico. Ou seja, a proliferação de trabalhos e políticas voltados para a agricultura familiar e para a reforma agrária não fez do campesinato o sujeito central de um novo modelo de desenvolvimento rural no

Brasil. A força acumulada pela agricultura Patronal (hoje identificada como *agrobusiness* ou agronegócio) no período da modernização conservadora não foi afetada e, ao contrário vem crescendo nos últimos anos por conta da ênfase aos produtos de exportação. (SILVA, apud OLIVEIRA & MARQUES. 2004. p. 339.).

Como enfatizou SILVA (2004), ainda há no Brasil uma grande dificuldade de desenvolver a agricultura familiar por consequência da crescente demanda do agronegócio (*agrobusiness*); desta forma, apenas criar políticas orçamentarias para alavancar a produtividade e valorizar o produto local, não está sendo a maneira eficaz para construção econômica e social destes territórios, pois como se observa, os próprios investimentos do PROINF não estão sendo executados como deveriam.

Dos projetos de infraestrutura planejados e listados acima, 12 foram finalizados, onde seis desses projetos se referem apenas à compra de equipamentos, ou investimentos financeiros e a outra metade está voltada para construção de infraestruturas que por sua vez deveriam melhorar a produtividade da região (mapa 4). Os seis projetos de infraestrutura foram visitados, com o intuito de compreender *in loco*, a articulação desses empreendimentos com os assentados da reforma agrária. Desse modo, o quadro 2 destaca os PROINFs que foram finalizados, porem fracassaram com relação aos seus funcionamentos.

**Mapa 4. Localização geográfica dos Projetos Produtivos do Território Vale do Itapecuru.**



**Quadro 2: Projetos de Infraestrutura do Vale do Itapecuru que não encontram-se funcionando.**

PROINF	OBJETIVO	PRINCIPAIS BENEFICIÁRIOS	ENTRAVES
<b>Centro de Referência da Agricultura Familiar (CRAF)</b>	<i>Exposição e comercialização da produção dos agricultores familiares</i>	<i>Agricultores familiares em geral e principalmente dos municípios de Anajatuba, Itapecuru-Mirim e Miranda do Norte.</i>	<i>Projeto não se encontra em funcionamento. Desarticulação na logística da produção.</i>
<b>Fábrica de gelo</b>	<i>Atender a demanda de pescadores do município Matões do Norte e adjacentes.</i>	<i>Pescadores do povoado Coivara. Ribeirinhos e população em Geral do entorno.</i>	<i>Projeto apenas funcionou durante um ano devido á mudanças de gestão municipais.</i>
<b>Abatedouro para Caprinos</b>	<i>Incentivar a caprinocultura no município de Cantanhede e municípios adjacentes</i>	<i>Pequenos Produtores do território Rural.</i>	<i>Projeto não se encontra em funcionamento devido a desarticulação da cooperativa dos produtores e questões de logística</i>
<b>Unidade de beneficiamento de mel</b>	<i>Atender a demanda de apicultores do município de Anajatuba e outros adjacentes.</i>	<i>Apicultores do município de Anajatuba.</i>	<i>Empreendimento não se encontra em funcionamento devido a falta de estrutura adequada na construção do empreendimento</i>
<b>Centro de Comercialização</b>	<i>Comercializar produtos oriundos da agricultura familiar do território rural.</i>	<i>Agricultores familiares</i>	<i>Funcionou durante um curto período, em seguida os agricultores mudaram o local de comercialização devido a falta de visibilidade do local do projeto.</i>

**Fonte: S.J. Santos 2016.**

Como observado, existem cinco grandes empreendimentos parados dentro do território, isso pode ser justificado através da ineficiência da execução dos projetos e a própria desarticulação dentro do CODETER. A exemplo disto, temos o CRAF que foi construído em 2006, mas nunca esteve funcionando adequadamente, um dos problemas ressaltados por beneficiários do Projeto é a logística dos produtos do assentamento ao centro de comercialização. Quando se pensou o empreendimento não se levou em conta a forma de transportar os produtos até o Centro e nem como esse produto deveria ser comercializado.

O Projeto Fábrica de Gelo conseguiu ser mantido pela prefeitura no ano de 2011, e uma grande demanda de pescadores das regiões ribeirinhas, principalmente do povoado Coivara, usufruía deste serviço no transporte de seus produtos. Isto trouxe um benefício significativo para esta população; porém com a mudança de gestão e falta de suporte o PROINF deixou de funcionar. Em relação ao abatedouro de caprinos, para consolidação do projeto, houve uma articulação do colegiado territorial com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa (SEBRAE), Federação dos trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Maranhão (FETAEMA) e os governos Estadual e Federal. Todo esse processo de estruturação do abatedouro não alcançou o resultado previsto; pois hoje o local está descuidado, os equipamentos instalados e sem utilidades. Os principais entraves para o não funcionamento do Projeto foram: falta de sócios para a cooperativa, maior gestão do projeto e logística para transporte dos animais,

Assim como alguns dos outros empreendimentos citados acima, a unidade de beneficiamento de mel em Anajatuba (mapa 4), nunca chegou a ser concluída. A estrutura física foi totalmente finalizada, mas os equipamentos necessários para o criatório das abelhas não foram comprados, e segundo um dos beneficiários do projeto entrevistados, a estrutura do empreendimento foi feita de uma forma que os equipamentos não caberiam no seu interior.

É evidente nestes exemplos mencionados, o descompasso entre planejamento e execução dos Projetos, causando uma má aplicabilidade do recurso financeiro que, de modo geral, já é escasso e burocrático o seu acesso, concordando com o que diz Guanzioli (1998, p. 08) Observa-se no Brasil uma tendência ao realinhamento da política agrícola com o público da agricultura familiar. Isto acontece, em parte, a partir da percepção de que este

público expressa mais claramente as macro- vantagens comparativas do país, onde o escasso é o capital e o abundante é a terra e a mão de obra.

Tendo em vista que o presente trabalho se propõe a fazer uma análise do PROINF como estratégia de desenvolvimento econômico para assentamento Leite, tomaremos como referencia no estudo, o projeto fábrica de sabonetes de coco babaçu, onde faremos uma análise mais detalhada do mesmo, haja vista que, foi o único PROINF listado que manteve sua funcionalidade, e por ser o projeto mais próximo geograficamente da área de estudo em questão.

### *2.2.1 Fábrica de Sabonete de Coco Babaçu*

Esse Projeto foi articulado a partir da criação do clube de mães no município de Itapecuru-Mirim em 1997, onde houve uma preocupação das mulheres em estruturar uma forma de utilizar o óleo do babaçu, pois retiravam o óleo, mas não tinha utilidade. Neste contexto foi pensada a criação de uma fábrica que beneficiaria estas mulheres e suas famílias, que basicamente é formada por agricultores familiares. Com a criação do Território Rural Vale do Itapecuru, e a participação social dessas mulheres dentro do CODETER, levou a proposta de inserir a criação deste empreendimento aos demais projetos que seriam financiados pelo PROINF. Em 2004 foi construída a Fábrica com o principal objetivo de produzir sabonetes com destino a comercialização local e até mesmo exportação. (Foto 3).

Analisando a relação dos beneficiários do projeto (PROINF) com a Fábrica, pode-se constatar que, a ação coletiva do clube de mães e associação de mulheres foi de fundamental importância na articulação para construção e desenvolvimento do empreendimento. A Fábrica de sabonete atende a necessidade de uma demanda acentuada de quebradeiras de coco, agricultores familiares e tem uma importância significativa para o município de Itapecuru-Mirim, pois a partir do momento que uma ação orçamentária como esta cria produtividade e gera emprego, melhora a qualidade de vida de uma parcela da população, conseqüentemente desenvolvendo a economia local.

**Foto 3. Fábrica de Sabonete de babaçu do Território Vale do Itapecuru.**



**Fonte: SANTOS,S.J. 2012**

A partir de entrevistas feitas com alguns beneficiários do projeto produtivo de infraestrutura, alguns pontos importantes foram analisados quanto à produtividade da Fábrica até o ano de 2012.

- Principais Beneficiários do Projeto neste período

O empreendimento beneficia a união do clube de mães das quebradeiras de coco e suas famílias. São mulheres capacitadas e aptas a trabalhar na produção do sabonete (Foto 4). É importante analisar que no cenário econômico rural contemporâneo, a mulher não está mais inserida como coadjuvante do processo de atuação nos Movimentos Sociais, ou seja, não é apenas a esposa do camponês, e sim está atrelada às conquistas e é geradora de sua própria renda.

Durante o contato com mulheres de assentamentos, observamos muitas formas de resistência, desde as mais sutis demonstradas por meios de olhares, ou ainda o controle de organização de festas, a feitura da alimentação, a reunião entre mulheres para a confecção de trabalhos manuais, a participação em reuniões organizadas por movimentos sociais e outros grupos institucionais ou governamentais dentre outros. Nesses momentos, elas se juntam, conversam,

socializam experiências e saberes, isso porque, ao permanecerem juntas, extrapolam os objetivos iniciais, como, por exemplo, fazer comida. (FARIAS, 1994, p. 96.)

#### **Foto 4. Sabonetes de Coco Babaçu Fabricados por Mulheres do Projeto Produtivo em Itapecuru-Mirim.**



Fonte: SANTOS,S.J. 2012

- As melhorias e os principais entraves ocorridos no projeto

Segundo os entrevistados, houve muitas melhorias dentro do projeto nos últimos anos, criação de uma área agricultável, com produção de alface, cebola, pimenta e outras leguminosas (Foto 04); houve também a construção de uma padaria para atender a população local, ressaltando que as próprias mulheres da comunidade são responsáveis pela panificação, devido a um curso oferecido pelo Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa (SEBRAE). Os beneficiários do projeto também adquiriram nos últimos anos, um trator e um caminhão para atender toda a demanda produtiva (Foto 5). Quanto aos

entraves ocorridos durante estes anos, a Fábrica não possui ainda um reconhecimento e vem lutando para adquirir o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), desta forma para vender o sabonete fora do município e até mesmo no exterior, utilizam o CNPJ do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Outro problema, segundo os beneficiários, enfrentado pelo Projeto foi as mudanças de prefeitura, onde, por exemplo, um dos prefeitos quando assumiu o cargo fechou a Secretaria de Mulheres, enfraquecendo o movimento das quebradeiras de coco em Itapecuru-Mirim. De acordo com a entrevistada a secretaria de mulheres trazia benefícios e pequenos investimentos para o funcionamento do PROINF.

**Foto 5. Trator, caminhão e plantação de leguminosas; ambos pertencentes a Fábrica de sabonete de coco babaçu.**



Fonte: SANTOS,S.J. 2012

Além das mudanças ocorridas dentro do Projeto, pode-se notar também uma significativa melhoria na vida dos beneficiários, a maioria das famílias possui casa própria com aparelhos eletroeletrônico, e muitas destas conquistas se deram após a participação no PROINF. Algumas das famílias beneficiárias, o esposo trabalha como lavrador nos povoados mais distantes do município, enquanto a esposa atua diretamente dentro da fábrica.

Este aumento na renda do assentado reflete diretamente na economia local, e a partir da expansão dessas políticas dentro dos territórios como um todo, observará o desenvolvimento não só a nível municipal, mais sim de todo o estado.

É importante ressaltar que toda esta política de desenvolvimento territorial sustentável não tem apenas o intuito de desenvolver a produção agrícola dos municípios, mas, além disso, abranger outras áreas como as questões culturais, educacionais e sociais dentro do meio rural, pois segundo Araújo (2010, p. 208)

No que se refere à crescente multifuncionalidade observada no mundo rural, o enfoque territorial mostra-se adequado para lidar com as complementaridades e a integração ou articulação das ações e programas com vistas a um desenvolvimento territorial sustentável que promova os múltiplos papéis da agricultura familiar. O foco no Território permite compreender a unidade complexa constituída pelos espaços urbano e rural e pelos âmbitos municipal e supramunicipal. Ela favorece a emergência de temas relacionados com pobreza, desigualdade social, meio ambiente e outras questões que passam a ser tratados com uma ótica de desenvolvimento rural (antes, desenvolvimento rural era sinônimo de desenvolvimento da produção agrícola).

Sendo assim, nota-se que o próprio programa Território da Cidadania engloba uma gama de Ministérios visando um melhor suporte na distribuição dos recursos para as áreas de Reforma Agrária, desta forma projetos como a Fabrica de Sabonetes de Itapecuru-Mirim (Foto 2), que são pensados e planejados dentro de uma hierarquia concebida pelo Programa (Governo Federal, Ministérios, Poder Estadual e Municipal, Colegiado Territorial e famílias assentadas) conseguem alavancar e terem bons resultados.

### **2.3 A Relação entre os Assentados da Reforma Agrária e os “PROINFs”**

A partir dos seis projetos de infraestrutura estudados, conseguimos perceber os avanços e recuos existentes nas políticas de desenvolvimento do espaço rural do território vale do Itapecuru. Muitas vezes trazer estes investimentos da teoria para a prática requer uma série de fatores que podem contribuir para o fracasso ou sucesso do empreendimento. Sendo assim, nota-se que os projetos produtivos “Fábrica de Sabonetes de babaçu” e “Fábrica de gelo” tiveram êxito em sua conjuntura, ressaltando que a Fábrica de gelo apenas manteve-se em funcionamento durante o ano de 2011, já o projeto de fabricação de sabonetes de coco babaçu se mantém estável até o ano decorrente. Isso acontece devido uma série de fatores que devem ser levados em consideração na elaboração do projeto, tais como: relevância do empreendimento para aquela região, grupo de famílias que serão beneficiados,

acesso aos créditos dentro dos tramites legais e analisar consequências adversas que poderão prejudicar o desenvolvimento do projeto produtivo.

As políticas territoriais voltadas para o desenvolvimento do meio rural passaram por várias transformações, com o objetivo de desenvolver da melhor forma possível e sustentável as áreas de agricultura familiar, sendo assim

Do ponto de vista operacional, tem havido também a incorporação de alguns princípios relevantes nas políticas públicas, como por exemplo, o envolvimento e a participação de vários ministérios e secretarias, sobretudo da esfera federal, na formulação e implementação de ações, bem como na tentativa de se integrar os programas, como é o caso do Programa Territórios da Cidadania. (HESPANHOL, 2010 P. 131)

Como enfatiza HESPANHOL (2010), o próprio programa Território da Cidadania engloba uma gama de Ministérios visando um melhor suporte na distribuição dos recursos para as áreas de Reforma Agrária, desta forma projetos como a Fabrica de sabonetes de Itapecuru-Mirim, que são pensados e planejados dentro de uma hierarquia concebida pelo programa (Governo Federal, Ministérios, Poder Estadual e Municipal, Colegiado Territorial e Assentado) conseguem alavancar e terem bons resultados. Em contrapartida projetos como o “Abatedouro para caprinos”, “Centros de Referência da Agricultura Familiar” e a “Casa do Mel” como pôde se observar, não trouxeram desenvolvimento algum para as áreas de assentamentos e desarticulou toda uma estrutura produtiva que havia sido elaborada para o Território. Estes problemas são reflexos de um mau planejamento do empreendimento. As políticas voltadas para estas áreas de assentamentos rurais, nem sempre levam em consideração as particularidades regionais, possuem algumas lacunas que podem partir tanto da esfera Federal quanto estadual e municipal, sendo assim, muitos dos entraves que prejudicam o bom funcionamento dos projetos produtivos podem partir do próprio poder local, pois como diz SANT’ANNA NETO e SPOSITO. 2010. P. 578)

Na escala municipal também se manifestam vários problemas, tais como: A falta de participação dos Produtores nos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR) e nas associações; a forte presença de relações clientelistas e paternalistas; o forte viés agrícola e municipalista das ações; o favorecimento de alguns grupos ou setores em detrimento dos interesses da coletividade; a ingerência político-partidária, a manipulação na priorização dos investimentos etc.

A partir daí é notável que vários fatores dentro do próprio município possam contribuir diretamente para o não cumprimento das atividades produtivas, onde outros problemas se aglutinarão devido à falta estrutura de alguns equipamentos de desenvolvimento, ou seja, concomitantemente à ausência dos projetos de infraestrutura, a

produção agrícola municipal pode reduzir progressivamente, afetando a vida do pequeno proprietário e até mesmo o progresso do território em geral.

Durante a apresentação da construção de todos os empreendimentos, observamos que apesar de existir um Colegiado, com participação social, muitos assentados, possíveis beneficiários das políticas não estão envolvidos da forma que deveriam no desenvolvimento econômico e social do território. Neste mesmo contexto também notamos que um dos PROINFs, fábrica de sabonetes de coco babaçu, localizado em Itapecuru-mirim conseguiu bons resultados e se mantém em funcionamento na atualidade. Partindo deste pressuposto vamos analisar o envolvimento entre os agricultores familiares do assentamento extrativista leite com o Proinf e buscar compreender as lacunas existentes e elaborar possíveis soluções.

### **3. O PROINF NO DESENVOLVIMENTO DO ASSENTAMENTO EXTRATIVISTA LEITE**

Foi notório no andamento da pesquisa, que existe uma descontinuidade na operacionalização dos projetos e até mesmo na participação dos beneficiários. Neste âmbito iremos analisar as articulações ou desarticulações existentes entre assentados da reforma agrária e os projetos produtivos pertencentes ao Território de forma mais específica a partir da participação do assentamento Extrativista Leite como integrante do território e o PROINF Fábrica de sabonete de coco babaçu; ambos localizados no município de Itapecuru-mirim.

#### **3.1 O Município de Itapecuru-Mirim e sua participação no território Vale do Itapecuru**

O município de Itapecuru-mirim foi um dos primeiros a se integrarem aos territórios rurais, a partir de sua criação em 2003. Sua participação dentro do território é efetiva e grande parte dos membros do colegiado territorial e dos núcleos diretivos são oriundos deste município.

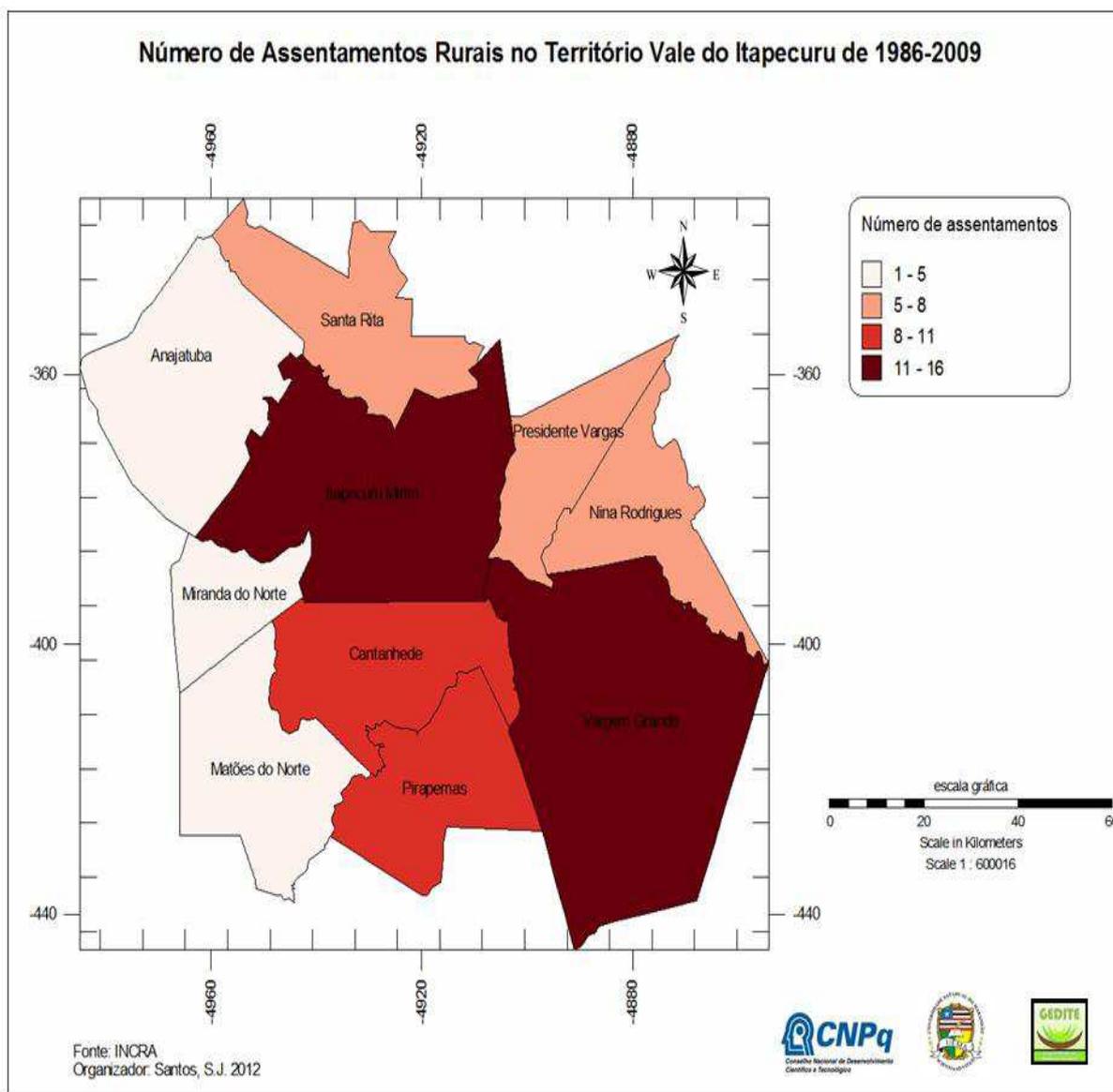
Atualmente, dos dez municípios pertencentes ao Território, Itapecuru- mirim é o que mais se destaca em quantidade de assentamentos rurais criados desde 1986 a 2010, como destaca o mapa 05, chegando ao número de 16 assentamentos. Isto se dá pelo fato da intensa regularização fundiária ocorrida no Maranhão nestes anos, e por ser uma área de conflitos sociais por posse de terra, pois principalmente nas décadas de 70 e 80 houve nesta região uma grande tensão social anterior e também posterior à criação do Plano Nacional de Reforma Agrária, onde trabalhadores rurais juntamente com alguns membros da sociedade civil defendiam a causa pelo direito da posse e uso da Terra.

Os conflitos foram intensos mesmo sem a divulgação nos meios de comunicação, a mídia retratava as ocupações sem atacar as causas de tais problemas. [...] A partir do final da década de 1980, observa-se a intensificação no processo de desapropriação de áreas visando à criação de assentamentos rurais (MATTOS JUNIOR, 2010 p, 64)

Com a criação dos Assentamentos, as políticas públicas voltadas para o campo surgiram nestas áreas com o intuito de melhorar a produtividade e qualidade de vida do assentado, de forma bem antecessora ao segundo plano nacional de reforma agrária desenvolvida no governo Lula. Observamos ainda no mapa 5 que os municípios de

Anajatuba, Miranda do Norte e Matões do Norte possuem o menor número de assentamentos criados no Território Vale do Itapecuru.

**Mapa 5. Número de Assentamentos rurais dos municípios pertencentes ao Território Vale do Itapecuru (1986-2010).**



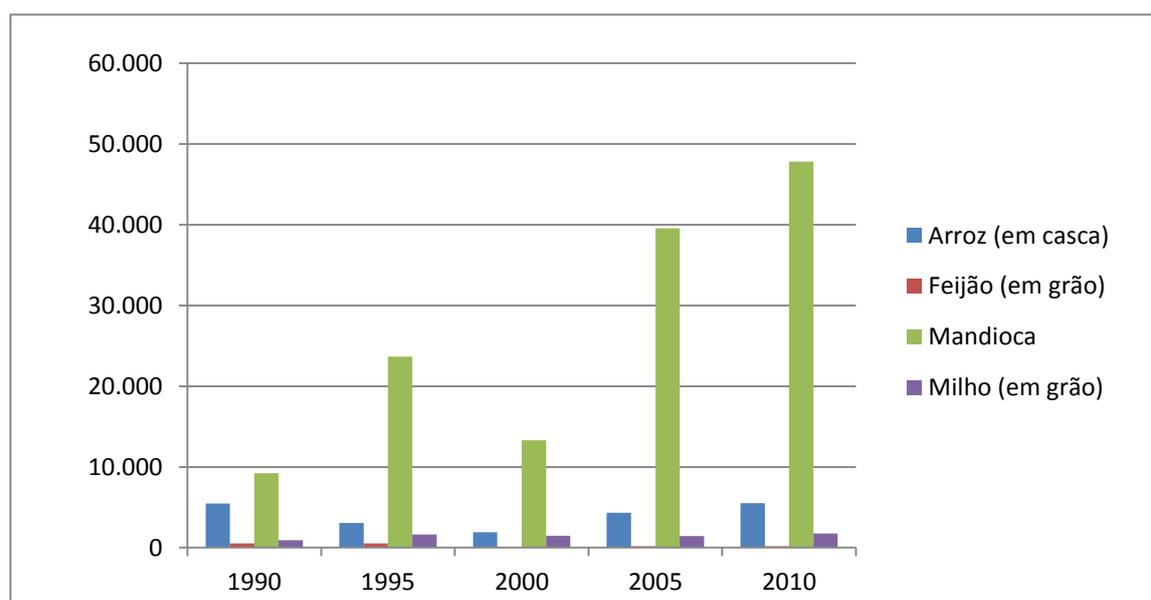
Fonte: INCRA

Neste mesmo contexto destacamos que o município de Itapecuru - Mirim concomitantemente ao número de assentamentos, também possui maior concentração de famílias assentadas, chegando a aproximadamente 2.400. Isto se dá consequente ao processo de criação dos Projetos de Assentamentos, ou seja, maiores áreas desapropriadas, levam a um maior número de Assentamentos criados e grandes quantidades de famílias beneficiadas.

Onde os conflitos manifestaram-se com maior intensidade devido à expulsão de trabalhadores, aos assassinatos, ao pagamento de renda e às invasões do gado sobre as lavouras dos trabalhadores, verificou-se um maior número de assentamentos rurais criados e, consequentemente, maior número de famílias assentadas (MATTOS JUNIOR, 2010, p.73)

É importante apontar que esta ação da Reforma Agrária se deu nesta porção do Estado muito antes do Território Vale do Itapecuru ter sido pensado. Isto implica que, o território como processo de ocupação, dominação e fator cultural já existia, apenas a política territorial para desenvolver a região ainda não tinha sido planejada naquele recorte temporal.

Com relação aos aspectos econômicos, o município Itapecuru-Mirim se destaca no Território da Cidadania Vale do Itapecuru com relação a sua produção agrícola. Segundo o IBGE, em 2010 o município produziu o somatório de 55.281 toneladas de arroz, mandioca, milho e feijão, valor superior aos demais municípios. Sendo assim, no gráfico 1 mostramos em um recorte de cinco anos o processo produtivo da lavoura temporária no município de Itapecuru-Mirim. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) “**lavouras temporárias**” são as áreas plantadas ou em preparo para o plantio de culturas de curta duração e que necessitam, geralmente, de novo plantio após cada colheita, incluíram-se também nesta categoria as áreas das plantas forrageiras destinadas ao corte.

**Gráfico 1: Produção Agrícola do município de Itapecuru-Mirim de 1990-2010.**

Fonte: IBGE

Esse crescimento gradual na produção, principalmente de mandioca, gera uma gama de discussões sobre o desenvolvimento da agricultura familiar, pois este aumento da quantidade produzida se dá por vários fatores: investimentos, acesso aos créditos, implantação de Projetos Produtivos, maior número de áreas voltadas à agricultura familiar e o fato da mandioca compor a base produtiva nesta região. No âmbito dos aspectos econômicos do município, abordaremos a seguir, de que modo o PROINF contribui, ou poderá contribuir, para o desenvolvimento econômico e social do PA Leite.

### 3.2 O Proinf como política de desenvolvimento para o Assentamento Extrativista Leite

Durante toda a pesquisa dos PROINFs como estratégias de desenvolvimento para o território da cidadania vale do Itapecuru, observamos que mesmo com o mau funcionamento dos empreendimentos, a participação dos assentados da reforma agrária no poder decisório, e como beneficiários, é ínfima se levarmos em consideração o número de assentamentos existentes no Vale do Itapecuru (mapa 4). Analisar de forma pontual a participação do Assentamento rural Extrativista Leite no território é de suma importância para uma compreensão holística da relação assentado e Território.

### 3.2.1 *A participação do PA Extrativista leite no PROINF Fábrica de sabonetes de coco babaçu*

A Fábrica de sabonetes de coco babaçu é o único empreendimento financiado pela ação do PROINF dentro do território que continua em funcionamento, desta forma fomos até as representantes e beneficiárias do projeto com intuito de conhecer a atuação da Fábrica no município, seu processo de organização, os principais desafios e a participação do PA Extrativista Leite, que possui uma demanda significativa de extrativismo de coco babaçu.

A partir de entrevistas realizadas com as representantes do empreendimento Fábrica de sabonetes, notamos uma diferença na forma de articulação, formulação da estrutura produtiva, e o processo de criação do PROINF em relação aos demais existentes no território. Estes fatores são preponderantes para justificar o sucesso desta infraestrutura e possivelmente o insucesso dos outros projetos produtivos.

Segundo beneficiários a ideia surgiu a partir da criação da associação dos Clubes de mães de Itapecuru-mirim em 1997, esta associação era composta por 32 clubes de mães, e grande parte quebradeiras de coco babaçu e agricultoras familiares. Segundo Ganança (2006. p.05)

Com relação ao associativismo, ele teria uma função fundamental essencial à manutenção e estabilidade do sistema político, ao possibilitar a agregação de interesses individuais e sua expressão na esfera pública, assim como permitiria a educação dos cidadãos e cidadãs para a prática e o convívio democrático.

Desta forma temos nesta associação do clube de mães, uma organização associativa consistente formada por mulheres, que mesmo possuindo interesses individuais, formaram uma unidade democrática com o propósito de ganhar espaço na sociedade, suprir suas dificuldades econômicas e conseqüentemente melhorar a qualidade de vida. A partir deste associativismo (anterior à criação dos territórios e colegiados territoriais), estas mulheres foram ganhando visibilidade social e política e a partir de 2003 começaram buscar parcerias para formação técnica na confecção dos sabonetes do óleo de coco babaçu e construção do empreendimento. Concomitante a esta causa surge no território o colegiado territorial agregando então este projeto a ação orçamentária do PROINF.

Durante a visita técnica á fábrica, percebemos a relevância que este empreendimento possui na vida destas mulheres. Ao perguntarmos sobre a importância daquele espaço para suas vidas como quebradeiras de coco babaçu, obtivemos a seguinte resposta:

*É uma importância muito grande, pois nós ganhamos espaço na sociedade, pois as quebradeiras coco, elas eram vistas como se fossem uma coisa que não valessem nada. E hoje nós somos bem valorizadas, em todo lugar que nós chega com nossa entidade de quebradeira, nós somos muito bem recebidas, hoje com esse vínculo a gente tem acesso ao governo.(informação verbal)<sup>14</sup>*

Existem atualmente cerca de 70<sup>15</sup> mulheres cadastradas, e vinculadas a Fábrica. Segundo elas, um número irrisório se comparado com a quantidade de mulheres que quebram coco no território. A partir da conversa com as representantes, percebemos que a participação das beneficiárias no projeto, não se dá de forma homogênea. E para uma compreensão deste processo, adotaremos os termos, participação direta e indireta das mulheres quebradeiras de coco.

- **Forma direta:**

Mulheres agricultoras, quebradeiras de coco babaçu que fazem parte da associação do clube de mães de Itapecuru-Mirim e trabalham diretamente na fabricação de sabonete, e demais atividades exercidas pelo PROINF, como vimos anteriormente (foto 6)

---

<sup>14</sup> Informação fornecida pela representante da fábrica de sabonete, em outubro de 2015

<sup>15</sup> Não obtivemos o número preciso de quantas mulheres estão cadastradas, pois segundo a representante, ainda estavam em processo de cadastramento de novas beneficiárias.

**Foto 6: Beneficiárias da Fábrica de sabonete de coco babaçu trabalhando na extração da amêndoa.**



Fonte: S.J. Santos. 2015.

- **Forma indireta:**

Mulheres quebradeiras de coco babaçu de diferentes comunidades que estão cadastradas para receber uma subvenção<sup>16</sup> do governo federal pela quantidade de coco. Desta forma há uma parceria entre estas quebradeiras e a fábrica de sabonete, onde o PROINF compra este coco para fabricação de seus produtos.

---

<sup>16</sup> FINALIDADE DA SUBVENÇÃO: Proporcionar, por meio de subvenção econômica, o pagamento de um bônus ao produtor extrativista, que comprovar que efetuou a venda de produto extrativo, por preço inferior ao mínimo fixado pelo Governo Federal, fomentando, assim, a proteção ao meio ambiente, seu uso racional e a recuperação dos recursos naturais.

BENEFICIÁRIOS: Agricultores familiares, extrativistas, agroextrativistas, silvicultores, assentados de reforma agrária, aquicultores, pescadores artesanais, indígenas, integrantes de comunidades remanescentes de quilombolas, faxinais, quebradeiras de coco babaçu e demais povos e comunidades tradicionais, que atendam simultaneamente aos incisos II, III e IV do caput do art. 3.º da Lei N.º 11.326, de 24/04/2006, que possuam Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) válida. Também podem participar deste Programa associações e cooperativas de agricultores familiares, formalmente constituídas como pessoa jurídica de direito privado, que detenham a DAP jurídica válida. (SDPE, CONAB. 2015)

O maior entrave existente para vinculação de novas mulheres ao projeto produtivo é a Comprovação da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Documento exigido para que elas tenham acesso à subvenção. Segundo o Manual DAP, MDA (2014)

Em que pese, a identificação dos agricultores familiares tenha por referência as Resoluções do Conselho Monetário Nacional, pelo fato de que ao início as ações governamentais dirigidas aos Agricultores Familiares se constituíam, exclusivamente, em uma linha de crédito rural envolvendo subvenções econômicas, atualmente, o leque de políticas públicas dirigidas aos agricultores familiares é bem mais abrangente. A Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP - como documento de identificação do Agricultor Familiar universalizou-se e tem sido motivo de ações sistemáticas do MDA no sentido de seu aperfeiçoamento, visando proporcionar maior segurança e agilidade no acesso a base de dados deste documento.

Apesar de ter sido criado para acesso aos créditos do PRONAF, a DAP atualmente é o documento utilizado para acesso às demais políticas do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Segundo as entrevistadas, o cadastramento das mulheres de Itapecuru-mirim se torna mais acessível, pois a DAP é requerida na AGERP. Para cadastrar as quebradeiras de coco dos assentamentos rurais do território, é preciso acessar o documento no INCRA em São Luís, sede municipal do Estado.

A partir das entrevistas aplicadas, observamos que, de forma direta, não há quebradeiras de coco ou agricultoras familiares pertencentes ao assentamento extrativista leite vinculadas ao PROINF, atuando dentro da fábrica. Porém existem mulheres dos povoados, Filomena, Jaborandi e outros povoados pertencentes ao assentamento extrativista leite, que recebem a subvenção e repassam as amêndoas para a fábrica.

Subjetivamente, temos a participação do assentamento dentro do projeto, porém irrisória, se levarmos em consideração que o Leite possui uma grande demanda de extrativismo de babaçu, Segundo relatou entrevistada.

*A região de Itapecuru é uma região que tem muito babaçu, e tem muita quebradeira de coco, se você for nas comunidades e procurar nas famílias, se alguma lhe disser que não criou os filhos quebrando coco, essa realmente não é trabalhadora rural e não nasceu naquela comunidade, porque as vezes não quebra mais, mas já criou os filhos tudinho quebrando coco. (informação verbal)<sup>17</sup>*

De acordo com as entrevistadas que atuam diretamente na fábrica de sabonetes, é importante a incorporação de novas mulheres do território ao empreendimento, apesar dos entraves existentes. É importante ressaltar, que mesmo como beneficiárias do PROINF, estas agricultoras possuem outras rendas complementares, como linhas de créditos do PRONAF;

---

<sup>17</sup> Informação fornecida por beneficiária do PROINF em outubro de 2015

outras deixam seus cônjuges cuidando da produção agrícola no povoado enquanto trabalham na Fábrica.

### *3.2.2 A importância do PROINF Fábrica de sabonetes de coco babaçu na perspectiva do PA Extrativista Leite.*

Durante toda a pesquisa de campo e visitas técnicas para elaboração da presente pesquisa, observamos que há um grande distanciamento de alguns municípios e áreas de assentamentos, tanto no caráter geográfico quanto participação social, nas ações do PRONAT no território. E se tratando da participação efetiva do PA Extrativista leite, é nítido esta ausência no desenvolvimento do território. Desta forma, para compreendermos essa desarticulação e conseguirmos uma representatividade do Assentamento, entrevistamos o **presidente da associação dos produtores rurais, uma assentada quebradeira de coco babaçu e um agricultor familiar.**

- **Presidente da associação dos produtores rurais**

Segundo o entrevistado, existe um grande número de associações dentro do assentamento, associações de moradores, pescadores, quilombolas, produtores rurais entre outras, esta fragmentação dentro da comunidade já nos mostra uma discordância nas questões sociais. De forma teórica Conforme Ganança (2006, p.10), as associações civis teriam papel importantíssimo. Além de estimular o convívio democrático entre indivíduos, aplainando posições divergentes dentro de certos grupos sociais, seriam estruturas responsáveis por um ambiente de solidariedade e confiança mútua. Porém no Leite, observamos o oposto disto, algumas formações associativas poderiam estar atreladas, por possuírem objetivos semelhantes, mas na prática se percebe uma grande disputa por interesses e lideranças. Segundo entrevistado

*A gente da associação dos produtores tava encostado um pouco, e agora a gente tá acompanhando esta nova associação que já tá tudo registradinho bonitinho, a gente tá precisando de muitas coisas aqui e a associação quilombola sempre tem prioridade em todo lugar. Tem um aí que nós não convidamos ele que é da associação dos moradores, ele fica dizendo que isso aí não existe, essa nossa associação, que a gente não tem nada com quilombola, mas existe, já foi registrada e aprovada já. (informação Verbal)<sup>18</sup>*

---

<sup>18</sup> Informação fornecida pelo presidente da associação, em outubro de 2015.

É interessante destacarmos que, quando o entrevistado cita “*a gente ta precisando de muitas coisas aqui e a associação quilombola sempre tem prioridade em todo lugar*”, é perceptível na visão dele, que políticas, e recursos voltados para as questões étnicas são mais fáceis de chegarem àquela comunidade. Para Andrade (p.52. 2009)

Na metade dos 1990, surgem organizações de *comunidades negras rurais quilombolas* em nível estadual e nacional, que foram conclamadas a se associar a centenas de comunidades espalhadas por vários municípios. Tais organizações passaram a gerenciar recursos para os chamados “projetos”, como resultado das políticas de recorte étnico implementadas nos dois governos Lula. Outras entidades estaduais ligadas ao *movimento negro* ou de apoio às lutas camponesas e em prol dos direitos humanos perderam protagonismo nesse momento, assim como a luta pela terra deixou de estar no foco das mobilizações. A gestão de projetos de construção de casas de farinha, residências, inclusão digital e outras iniciativas voltadas à atuação junto à criança quilombola, ao jovem quilombola, à mulher quilombola, passou a contrastar com a mobilização nas décadas anteriores, quando a luta pela terra mostrava sua face mais aguda, com altos índices de despejos, destruição de casas, assassinatos de camponeses, de líderes religiosos e outros profissionais a eles ligados.

As ações políticas requeridas pelas organizações de comunidades quilombolas para estas áreas, como o Leite, de modo geral, possuem o mesmo caráter das ações obtidas pelos sujeitos anteriormente intitulados de assentados, agricultores familiares. O que muda nesse processo, é a forma de mediação, e o auto reconhecimento enquanto quilombola, mas os atores sociais são os mesmos; aqueles que anteriormente lutaram pela regularização fundiária e por assistência básica.

Contudo, observamos no PA Leite, que, ao invés das entidades de associativismos estarem atreladas, há uma fragmentação dos órgãos de representatividade, como visto na fala anterior do entrevistado. Podemos considerar isto como um fator de entrave para a participação do assentamento dentro do território Vale do Itapecuru e até mesmo na organização social do próprio assentamento.

Sobre a produção agrícola da região, predomina o cultivo de mandioca, feijão e arroz, onde quase toda a demanda é vendida na própria sede do assentamento e em outros povoados adjacentes. Os agricultores já acessaram crédito do Pronaf porem não obtiveram êxito. O Principal motivo segundo o entrevistado foi a falta de assessoria técnica frequente.

A partir das entrevistas percebemos que a questão temporal também possui uma contribuição para a falta de participação efetiva do leite com os projetos produtivos do território da seguinte forma: O assentamento é um dos mais antigos do Maranhão onde

grande parcela da população dos trabalhadores rurais, segundo o representante da associação, já não vivem mais da agricultura como principal fonte de renda. Todos os entrevistados, tanto beneficiários diretos do PROINF quanto os indiretos, possuem filhos que exercem funções trabalhistas fora do setor rural. Abramovay (1998) reforça que

Seja na agricultura ou em atividades rurais não-agrícolas, a iniciativa dos jovens vivendo hoje no interior da agricultura familiar encontra-se fortemente inibida, não só por razões estritamente econômicas, mas também pela natureza da relação entre as gerações e entre os gêneros. O interesse dos jovens pela vida no meio rural passa pela valorização de suas iniciativas e, portanto, pelas responsabilidades que eles puderem assumir no interior das unidades produtivas.

Desta forma, como ressaltou Abramovay, muitos filhos de agricultores não possuem interesse pela vida no meio rural, por falta de incentivos das próprias unidades produtivas que vivem, e conseqüentemente pela falta de políticas voltadas para a educação e permanência no campo. Neste contexto, Para Abramovay (1998)

O envelhecimento da população Rural deve ampliar a quantidade de unidades produtivas abandonadas, ou que sevem apenas como moradia. Este abandono representa um desperdício de possibilidades produtivas não por falta de mercado ou de utilidade social das atividades desenvolvidas, mas pela inexistência de iniciativas economicamente viáveis para o seu aproveitamento.

Para manter estas áreas destinadas à reforma agrária produtivas, além do acesso às infraestruturas como PROINFs, segundo Abramovay (1998), é fundamental que os jovens possam ser contemplados com programas de capacitação e linhas de créditos que propiciem a base material de sua afirmação como agricultor.

Apesar da ausência da mão de obra jovem na agricultura no PA Extrativista Leite, ainda existe uma demanda grande de extrativismo de coco babaçu por parte das mulheres assentadas. Segundo o entrevistado, o assentamento é composto dos povoados<sup>19</sup>: Cerão, Filomena, Jaborandi, Santo Antônio, Mato Grosso, e Santa Rosa, onde a extração de coco babaçu ainda é uma fonte de renda acentuada. Grande parte desta amêndoa do coco babaçu coletado, é vendida ou trocada dentro do próprio assentamento. Para o representante da

---

<sup>19</sup> É importante esclarecer que no processo de regularização fundiária, os assentados já viviam naquela localidade com seus costumes, territorialidades e identidades. E a cada região dentro desse território, tradicionalmente chamamos de povoados. A transformação de toda a área em um único Projeto de Assentamento, não muda o fato de estes povoados possuírem seus nomes próprios.

associação dos produtores, outro fator que pode colaborar para o distanciamento entre o assentamento e as políticas territoriais, é o fato de que cada povoado dentro do projeto de Assentamento possui suas próprias associações causando assim uma falta de comunicação e participação coletiva.

Quando interrogado sobre a política dos territórios da cidadania, e em questão o Vale do Itapecuru, o presidente da associação demonstrou total desconhecimento sobre o mesmo, entretanto sabe da existência do PROINF Fábrica de sabonetes, e acha de fundamental importância que haja uma melhor participação das mulheres do assentamento no empreendimento. Notamos que mesmo não estando efetivamente inserido dentro da política territorial, o entrevistado conhece de forma empírica o empreendimento e sua vital importância para a continuidade dos processos produtivos.

- **Quebradeira de Coco Babaçu**

A entrevistada é agricultora familiar e extrativista de coco babaçu seguindo tradicionalmente a profissão dos pais, e sempre morou no Assentamento. Segundo ela a renda obtida com as amêndoas do babaçu não cobre todas as despesas da família, que é vendida por um real e vinte centavos o quilo, onde apenas um comércio da localidade compra. Desta forma produzem farinha para o autoconsumo, e praticam atividade pesqueira. Conforme a entrevistada, o clube de mães existe no assentamento porém não é articulado, não existe uma organização e engajamento entre as mesmas para obterem acesso às políticas. Como ressalta, Santos (p.11, 2011)

Está claro para nós que as mulheres quebradeiras de coco babaçu possuem sua importância social, econômica e cultural bem como ambiental. Mas também está claro que sua força, enquanto sujeito está seriamente ameaçado pelo poder do capital. Por isso torna-se necessário o engajamento a partir dos movimentos sociais, numa tentativa de engajamento de forças sociais.

É notório que dentro de um mesmo território exista mulheres articuladas participativas e ativas socialmente nas políticas nacionais, como no caso da fábrica de sabonete, e concomitantemente, haja outras mulheres totalmente às margens do processo. Se observarmos a seguinte fala da entrevistada:

*A gente não tem muito conhecimento das coisas aqui. Teve uma época que veio o negócio de assistência técnica pra o pessoal, mas não sei também como era. Tem até o clube de mães aqui, mas nem se reúne pra nada. Não é organizado não. (informação verbal)<sup>20</sup>*

Fica evidente aqui, que não falta apenas participação no PROINF, o problema é mais grave. Falta, educação, incentivo a busca pelos direitos e, sobretudo, conhecimento sobre a sua importância dentro da sociedade.

Com relação ao grau de escolaridade, a entrevistada possui ensino médio incompleto, os filhos estão na escola e segundo ela não quer que exerçam profissionalmente a mesma atividade que os pais. Semelhante ao primeiro entrevistado, quando questionada sobre o conhecimento do território vale do Itapecuru, a mesma conhece o projeto produtivo Fabrica de sabonetes, mas não compreende a política, perguntamos sobre a subvenção que algumas quebradeiras de coco recebem dentro da participação indireta no PROINF, ela também não tinha conhecimento do programa.

*A fábrica lá da dona Domingas né? A gente conhece, todo mundo conhece ela. Mas eu mesma não sabia não que tinha esse cadastro aí não, seria até bom mesmo. Mas aqui é todo mundo parado. A gente quebra o coco e vende aqui mesmo. Só um comercio que compra. o quilo a gente vende por um e vinte. (Quebradeira de coco entrevistada)*

Conforme relatou a assentada, o principal obstáculo para inserção nos programas do governo e no PROINF, é a falta de associativismo por meio da comunidade. Segundo ela “se tivesse uma organização, uma reunião ou da associação dos moradores ou do clube de mães, até ia motivar a gente a participar”. Além dessa organização mais ativa da comunidade, sabemos que seria preciso também, relação mais estreita entre o CODETER e o assentamento rural.

- **Agricultor Familiar**

O ultimo entrevistado também está vinculado à associação de produtores rurais, mora no assentamento desde que nasceu, é agricultor familiar, porém possui um pequeno estabelecimento de vendas e concertos de relógios. Na atualidade a sua maior renda vem do estabelecimento de relógios e a agricultura se tornou um complemento financeiro. Observamos neste caso, as transformações ocorridas no meio rural nos últimos anos, onde os

---

<sup>20</sup> Informação fornecida pela entrevistada quebradeira de coco babaçu, em outubro de 2015.

elementos urbanos se incorporam ao rural, e a produção agrícola passa a não ser mais o único meio econômico do agricultor.

Estas formas diferenciadas de atividades econômicas ganharam ampla discussão nos estudos recentes sobre campesinato e agricultura familiar, onde surge a partir destas discussões o termo pluriatividade, que segundo Sacco dos Anjos (p.3.2006)

Objetivamente designa um tipo de exploração em que seus membros desempenham inúmeras atividades remuneradas, agrícolas e não-agrícolas, realizadas dentro ou fora do estabelecimento. A unidade de análise para a ser a família, não mais o titular do estabelecimento, assim como o tempo de trabalho deixa de ser visto como um critério de enquadramento das explorações

Para Schneider, (p.3.2007)

A pluriatividade que ocorre no meio rural refere-se a um fenômeno que pressupõem a combinação de pelo menos duas atividades, sendo uma delas a agricultura. Estas atividades são exercidas por indivíduos que pertencem a um grupo doméstico ligado por laços de parentesco e consanguinidade (filiação) entre si, podendo a ele pertencer, eventualmente, outros membros não consanguíneos (adoção), que compartilham entre si um mesmo espaço de moradia e trabalho (não necessariamente em um mesmo alojamento ou habitação) e se identificam como uma família.

Em concordância com os autores, temos como exemplo, o entrevistado, que possui uma pequena produção de hortaliças no quintal de sua casa, já que a demanda diminuiu, ou seja, não precisa mais de uma grande área agricultável, e a área onde habita atualmente está urbanizada (foto 7). Deste modo, a própria esposa e filhos, se revezam em ajuda-lo na produção das hortaliças e na “*venda de relógios*”, termo utilizado por ele. Ainda de acordo com Schneider, a pluriatividade é heterogênea e diversificada e está ligada, de um lado, as estratégias sociais e produtivas que vierem a ser adotadas pela família e por seus membros e, de outro, sua variabilidade dependerá das características do contexto ou do território em que estiver inserida.

**Foto 7: produção de hortaliças no quintal do produtor rural.**



**Fonte: S.J. Santos. 2015**

Antes de morar na parte urbanizada do assentamento, o entrevistado residia no povoado Satubinha, que pertence ao território do Leite, o mesmo sempre foi lavrador onde sua principal cultura era a mandioca, e conseqüentemente produção de farinha.

Quando lhe foi perguntado sobre sua participação em alguma política de crédito ou outro programa de assistência técnica, o mesmo nos informou que

*Aqui teve um projeto que era financiado pelo INCRA, que era pra nós cultivar laranja e abacaxi, algumas pessoas se cadastraram, mas não teve assistência técnica então não foi pra frente não. (informação verbal)<sup>21</sup>*

O entrevistado não soube informar que entidade foi responsável pela implantação do projeto, mas segundo ele, nunca obteve ajuda financeira de algum outro programa. Para o

---

<sup>21</sup> Informação fornecida pelo produtor rural em outubro de 2015.

agricultor, a farinha não lhe permite uma estabilidade econômica pelo fato de não existir uma cooperativa para este tipo de produto. Sobre os programas do governo federal como os territórios da cidadania e o PROINF, também não possui informação alguma a respeito, apesar de conhecer a Fábrica de sabonetes de coco babaçu do território.

Diante de tudo que já foi exposto no presente trabalho, observamos que há uma irrisória participação do Assentamento em questão, no desenvolvimento do território da cidadania Vale do Itapecuru, e reiteramos que a aplicabilidade de políticas públicas não é simples de ter o resultado prático. Apesar de todo arcabouço teórico, no campo das ações, existem obstáculos reais que permeiam todo o processo, tais como já foram discutidos ao longo da pesquisa. Sabemos que a própria abrangência destas políticas, dentro de um território que engloba dez municípios de dimensões geográficas relativamente grandes, impossibilita o atendimento de toda a população rural. Entretanto a falta de informação e o auto reconhecimento dos assentados, enquanto atores sociais transformadores de sua própria realidade através das políticas, são os principais vilões nesse processo. Cabe então a este trabalho fortalecer a discussão sobre descontinuidades dos programas, para assim, criarmos novos olhares sobre o meio rural e sua importância social.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao estudar e abordar a dinâmica de evolução e formação dos Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária no Maranhão, especificamente o Assentamento Extrativista Leite. Percebemos a importância que estas comunidades possuem na configuração deste Estado, não simplesmente como espaços físicos criados, ou áreas de produção agrícola, mas como Territórios Sociais, de esperança, de lutas, formados por pessoas em busca de dignidade, identidade e sobrevivência. É importante deixar claro que um Assentamento não somente consolida apenas uma agricultável e produtiva, mas abrange toda relação social ali existente, como: religião, cultura, movimentos sociais e associações.

Foi de suma importância abordar o surgimento e desenvolvimento das políticas e programas do governo voltados para meio agrário brasileiro, dando maior compreensão da aplicabilidade dos mesmos dentro das instancias estaduais e municipais, pois sabemos que os territórios são dinâmicos e estão em constante movimento e transformação. Desta forma estas espacialidades rurais estão repletas de peculiaridades e territorialidades que as tornam únicas. Por este fator que muitas vezes as políticas possuem maior descompassos em um território em relação ao outro.

De modo mais específico, ao estudarmos estas políticas, optamos por abordar a relevância do programa Território rurais e da Cidadania, como estratégias de desenvolvimento para o estado do Maranhão e principalmente para a região dos dez municípios pertencentes ao Território Vale do Itapecuru. Foi de suma importância reconhecer o assentamento Extrativista Leite enquanto território para a compreensão tanto das relações internas como das relações que vão sendo construídas em nível local, regional e nacional.

Ao longo do exposto, conclui-se que o Projeto de Assentamento de Reforma Agrária pertencente ao Território Vale do Itapecuru foi formado a partir de uma luta travada no campo, conseqüente da concentração fundiária. Essa conquista da terra, não aconteceu de forma passiva, como bem se sabe, houve um longo processo histórico de entraves e conflitos pela permanência e posse da terra. Sendo assim, foram pensadas as políticas territoriais como uma forma de minimizar a pobreza e desenvolver as áreas de Reforma Agrária.

Os objetivos da pesquisa foram cumpridos de forma que se mostrou a importância dos PROINFs no desenvolvimento do Território e os avanços e os recuos existentes nas articulações destes empreendimentos com os assentados do PA Leite, e dentro do espaço rural. Sabendo que uma má articulação política, uma gestão falha dos recursos e uma sociedade descomprometida com o Programa, levarão sempre ao mau funcionamento destes Projetos. Em contrapartida, um maior estudo sobre a relevância do projeto, comprometimento com o recurso e um Colegiado Territorial estruturado levarão ao desenvolvimento não apenas dos projetos produtivos, mas de todo o território.

Respondendo os questionamentos levantados no capítulo dois desta dissertação, podemos concluir que os descompassos na implantação dos Projetos surgem da própria elaboração dentro do CODETER. Muitos PROINFs não obtiveram êxito, pois se pensou mais na forma de apropriação da demanda financeira do PRONAT do que na própria relevância do mesmo.

Colocando o PROINF Fábrica de sabonete de coco babaçu como referencial, observamos uma dinâmica de criação do empreendimento totalmente diferente dos demais projetos do território. Existia uma associação formada para o propósito antes da decisão no colegiado; buscaram parcerias com outras entidades para capacitação e formação técnica, na atualidade a fábrica, vinculada ao clube de mães, possui outras atividades econômicas como agricultura e pecuária e uma padaria, como forma de suprir alguns entraves. Em relação a não participação efetiva do assentamento rural na estrutura econômica do PROINF, infelizmente é uma realidade inerente aos demais territórios rurais e da cidadania, não somente a nível estadual, segundo Tarsitano (p.53, 2013)

Ao analisar os projetos PROINF do Território Vale do Ribeira (Estado do Paraná), verificou que eles não têm levado a um desenvolvimento do Território, pois o envolvimento da comunidade na formulação dos projetos territoriais ainda é pequeno, os projetos tendem a atender às necessidades locais e de segmentos muito específicos. No Território Andradina (Estado de São Paulo), não é muito diferente, pois as análises dos projetos PROINF mostram que a maioria acaba beneficiando grupos sociais de um assentamento ou no máximo de um mesmo município.

Neste contexto, não queremos levantar a ideia de que o programa de financiamento de infraestruturas deveria se extinguir, pelo contrário, o projeto é de grande relevância social apesar da má aplicabilidade em alguns territórios. É importante que sejam feitas a

reformulação da aplicação destes programas, ou ampliação e duplicação dos PROINFs, usando o projeto em funcionamento como modelo, para atingirem outras comunidades e áreas de reforma agrária. Cabe aos pesquisadores e o setor acadêmico, discutir e elaborar estratégias para um melhoramento destas estruturas sociais, contribuindo assim para um desenvolvimento econômico, social e superação da pobreza no meio rural brasileiro de forma efetiva e com bons resultados na qualidade de vida destes cidadãos.

## 5. REFERENCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Et al. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Unesco, 1998.

APRESENTAÇÃO SOBRE TERRITÓRIOS DA CIDADANIA. Disponível em: <http://http://www.territoriosdacidadania.gov.br>. Acesso em 02 de Maio de 2014.

ANDRADE, Maristela de Paula. **Novos sujeitos de direitos e seus mediadores – uma reflexão sobre processos de mediação entre quilombolas e aparelhos de Estado**. Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia — n. 27, 2º sem. 2009, (n. 1, 2. sem.1995). Niterói: EdUFF, 2009.

ARAÚJO, Tania Bacelar de, Série: **Desenvolvimento rural sustentável Políticas de Desenvolvimento Territorial Rural no Brasil: avanços e desafios**. Brasília 2010.

ARAÚJO, Rosemberg Batista de; MAGALHÃES, Sônia. **O programa nacional de desenvolvimento dos territórios rurais em Entre rios, Piauí: Uma reflexão sobre ação pública**. Raízes V. 35. N.1 jan-jun 2015.

BARROS, Valderiza. RAMOS, Carmem Barroso, GUIMARÃES, Alanildo Gomes. **Olhares sobre o desenvolvimento no Maranhão: Contradições na implantação dos grandes projetos**. Jornada Internacional de políticas Públicas (JOIMP) -2011.

BERGAMASCO, Sônia M; NORDER, Luis A. Cabello. **O que são Assentamentos Rurais**. Coleção primeiros passos. 1 ed. Edit: Brasiliense – São Paulo; 1996

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Caminhos do Gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão**. São Luís. Sioge 1992.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. **DA “REFORMA AGRÁRIA DOS PARTIDÁRIOS” À “REFORMA AGRÁRIA COLETIVA”**: Luta pela terra e declínio de relações de patronagem no Maranhão recente. Caderno Pós Ciências Sociais. v.1 n.2 ago/dez, São Luis/MA, 2004.

DUVAL, Henrique Carmona; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; Metodologia em Ação: A Importância de se Aprender Invisibilidade nos Assentamentos Rurais. Retratos de Assentamentos. V.14, n.1, 2011. Araraquara -SP.

DELGADO, Guilherme C. **A questão agrária no Brasil: 1950–2003**. In: Questão agrária no Brasil: perspectiva histórica e configuração atual. São Paulo: INCRA, 2005.

ECHEVERRI, Rafael. In: ARAÚJO, Tania Bacelar de. (Coord.) **Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios**. Brasília: IICA. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v.12) 2010.

FARIAS, Maria de Fátima Lomba de. **Retratos de Assentamento** – Revista do Núcleo de pesquisa e Documentação Rural – UNIARA. Araraquara- SP.1994.

FERREIRA, Rodrigo Souza. **Itinerário das políticas Públicas: O caso do programa nacional de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais**. Revista IDEAS. V.6; n.2, p193-215. 2012

FERNANDES, Bernardo Maçano. O MST e as Reformas Agrárias do Brasil. **Boletim Dataluta**. UNESP Dezembro. 2008

FERNADES, Bernardo Maçano; MARQUES, Marta Inez Medeiros; SUZUKI, Júlio Cesar. **Geografia Agrária: Teoria e Poder**; 1. ed. Edit; Expressão Popular- São Paulo; 2007

FERNANDES, Bernardo Maçano. **Questão Agrária: Conflitualidade e desenvolvimento Territorial**. 2004. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br>.

FERNANDES, Bernardo Maçano. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. Seminário Lincoln Institute of Land Policy and Harvard University . 2004.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO MARANHÃO (FIEMA). **PDI 2020: Plano Estratégico de Desenvolvimento Industrial do Maranhão**. São Luís, 2009.

GANANÇA, Alexandre Cinconello. **Associativismo no Brasil: Características e limites para a construção de uma nova institucionalidade democrática participativa**. Brasília 2006.

GUANZIROL, Carlos E. **Reforma agrária e globalização da economia : o caso de Brasil**. Projeto de cooperação técnica INCRA/FAO. Rio de Janeiro. 1998

GUIMARÃES, Leonardo. In: ARAÚJO, Tania Bacelar de. (Coord.) **Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios**. Brasília: IICA. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v.12) 2010.

HAESBAERT, Rogério. Da Desterritorialização à Multiterritorialidade In: X Encontro de Geógrafos da América Latina . 2005 – **Anais**. São Paulo. P.6744-6792.

HESPAHOL, Rosangela Ap. de Medeiros. A adoção da perspectiva territorial nas políticas de desenvolvimento rural no Brasil Campo-território. **Revista de geografia agrária**. v.5. n.10, p. 123-147. ago. 2010.

IDHM disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br>. 2013. E <http://www.cidades.ibge.gov.br/> Acesso em 06 de junho de 2015

MANUAL DE OPERACIONALIZAÇÃO DO PROINF, Brasília. 2011. Disponível em: [www.mda.gov.br](http://www.mda.gov.br). Acesso em 10 de janeiro de 2015.

MANUAL OPERACIONAL DO PROINF 2015, Brasília. 2015. Disponível em: [www.mda.gov.br](http://www.mda.gov.br). Acesso em 10 de Maio de 2016.

MANUAL DO AGENTE EMISSOR DE DECLARAÇÃO DE APTIDÃO AO PRONAF, Brasília, Janeiro de 2014. Disponível em: <http://www.ipa.br/>. Acesso em: 12 de Junho de 2016.

MATTOS JUNIOR, J. S.; **O entroncamento das Políticas Agrárias no Maranhão: Encontros e Desencontros institucionais na Microrregião geográfica de Itapecuru Mirim**. Programa de Pós-Graduação em Geografia Faculdade de Ciências e Tecnologia - Universidade Estadual Paulista; Tese (doutorado em Geografia, área de concentração Produção do Espaço Geográfico). Presidente Prudente; 2010

MASSON, Gisele. **Materialismo Histórico e Dialético: Uma discussão sobre as categorias centrais**. Práxis Educativas, Ponta Grossa, PR. V.2, N.2, P. 105-114, Jul-Dez. 2007.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: guia para o planejamento**. São Luís – MA, 2010.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Orientação para constituição e funcionamento dos colegiados territoriais**. Brasília, DF. 2010

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Referencias para o desenvolvimento territorial sustentável.** Manual PRONAT. Brasília. Outubro. 2003

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Referencias para um programa de desenvolvimento territorial sustentável.** SDT/CONDRAF. 2003

MIRANDA, Aurora Amélia Brito de. **De arrendatários a Proprietários, a sociabilidade no assentamento de Brejo de São Félix.** Tese (doutorado em Políticas Públicas) Universidade Federal do Maranhão. 2007.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro ao longo do século XVI.** São Paulo: Hucitec, 2000.

NETO, Wenceslau Gonçalves. **Política agrícola e modernização econômica brasileira. 1460-1480.** Ed. Hucitec, SP, 1997.

NIERDELE, Paulo André. **Política local e a trama da relação de poder no desenvolvimento territorial.** Cap.4 p.106. Participação, Território e Cidadania. Editora UFPE. 2014

OLIVEIRA, R. O. **Desenvolvimento, política agrícola e política rural: Do setorial ao Rural.** Informações econômicas. São Paulo. V.32 n.12p.7-15 Dez.2002

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo : Labur Edições, 2007.

OLIVEIRA, João Pacheco. **Uma Antropologia dos “Índios Misturados”?** Situação Colonial, territorialização e fluxos culturais. Mana 4(1): 47-77, 1998.

QUEIROZ, Paulo Valdenor Silva de. Os territórios rurais do ministério do desenvolvimento agrário. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 15, n.2, p. 117-128, maio./ago. 2011.

SACCO DOS ANJOS, Flávio; CALDAS, Nádia Velleda; COSTA, Maria Regina Caetano. **Pluriatividade e sucessão hereditária na Agricultura Familiar.** XLIV CONGRESSO DA SOBER “Questões Agrárias, Educação no Campo e Desenvolvimento”. Fortaleza, 23 a 27 de Julho de 2006.

SANTOS, Milton. **O Dinheiro e o Território in: Becker, Bertha (Org.) Território, e Territórios: Ensaio sobre o andamento territorial.** Vol.3 Ed. Rio de Janeiro. Lamparinal, 2007.

SANTOS, Gleys Ially R. dos. RATTIS, Alex. **Mulheres, territorialidades e conflitos: Gênero na fronteira cerrado/Amazônia.** XIV Encontro nacional da AMPUR. Maio de 2011. Rio de Janeiro-RJ.

SANT'ANNA NETO, João Lima. SPOSITO, Eliseu Saverio. Uma Geografia em movimento. Edt. Expressão Popular. Edição 1. SP. 2010.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território.** São Paulo: Ed. Expressão popular, 2007.

SCHNEIDER, Sergio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, nº. 11, p. 88 -125, jan./jun. 2004.

SCHNEIDER, Sergio. Et al. **Aprendendo dinâmicas territoriais de desenvolvimento por meio da análise escalar. Um estudo do PROINF e das emendas parlamentares no território rural Zona do Sul. RS.** ACTA Geografia. P.103-132. 2013. RS

SCHNEIDER, Sergio A **pluriatividade no meio rural brasileiro: Características e perspectivas para investigação.** Trabalho apresentada no VII Congresso da ALASRU (Quito, Novembro de 2006).

SUBVENÇÃO DIRETA AO PRODUTOR EXTRATIVISTA (SDPE). Disponível em: <http://www.conab.gov.br/> . Acesso em: 10 de maio de 2016.

TARSITANO, Rodrigo Anselmo. SANT'ANA, Antônio Lazaro. ARAÚJO, Carlos Augusto Moraes e. **Análise dos Projetos PROINFS em Andradina, estado de São Paulo, período de 2004 a 2011.** Informações Econômicas, SP, v. 43, n. 3, maio/jun. 2013.

**APÊNDICES:**  
**( ROTEIROS DE ENTREVISTAS APLICADAS)**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO**  
**MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL E REGIONAL**  
**ENTREVISTA APLICADA A BENEFICIÁRIOS DO PROINF**

BENEFICIARIO \_\_\_\_\_

01- COMO OCORREU O PROCESSO PARA SUA PARTICIPAÇÃO NO PROJETO?

\_\_\_\_\_

02- QUANTO TEMPO VOCÊ JÁ PARTICIPA DO PROJETO?

\_\_\_\_\_

03- QUAIS MUDANÇAS OCORRERAM NAS SUAS ATIVIDADES DO COTIDIANO APÓS SUA  
INSERÇÃO NO PROJETO ?

\_\_\_\_\_

04- HÁ UMA MAIOR PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NO PROJETO?

\_\_\_\_\_

05- A FAMÍLIA VIVE INTEIRAMENTE DA RENDA DO PROJETO PRODUTIVO? HÁ UMA RENDA  
COMPLEMENTAR?

\_\_\_\_\_

06- QUAIS AQUISIÇÕES VOCÊ CONSEGUIU APÓS PARTICIPAÇÃO DO PROJETO?

\_\_\_\_\_

07- SEU NÍVEL DE ESCOLARIDADE MELHOROU APÓS A PARTICIPAÇÃO DO PROJETO?

\_\_\_\_\_

08- QUAIS CURSOS DE CAPACITAÇÃO VOCÊ JÁ FEZ APÓS PARTICIPAÇÃO NO PROJETO?

\_\_\_\_\_

09- PRINCIPAIS ENTREVES ENFRENTADOS POR VOCÊ DEPOIS DE FAZER PARTE DO PROJETO  
PRODUTIVO.

\_\_\_\_\_

10 QUAL A IMPORTANCIA ECONOMICA DO PROJETO NA SUA VIDA ATUALMENTE?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO**  
**MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIL E REGIONAL**  
**ENTREVISTA AOS MEMBROS DO CODETER RESPONSÁVEIS PELOS PROINF S**

- 01- QUAIS PROJETOS PRODUTIVOS EXISTENTES DENTRO DO TERRITÓRIO QUE FORAM FINANCIADOS PELO PROINF VOCÊ CONHECE?
  
- 02- QUAL A IMPORTANCIA ECONOMICA E SOCIAL DO EMPREENDIMENTO PARA O MUNICIPIO NA ATUALIDADE?
  
- 03- QUAL A IMPORTANCIA ECONOMICA E SOCIAL DO EMPREENDIMENTO EM NIVEL TERRITORIAL?
  
- 04- COMO SE DEU O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO E CRIAÇÃO DO PROJETO PRODUTIVO?
  
- 05- QUAIS ASSOCIAÇÕES E LIDERES COMUNITÁRIO PARTICIPARAM DA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO?
  
- 06- O PROJETO PRODUTIVO FOI PENSADO COM INTUITO DE BENEFICIAR QUAIS COMUNIDADES?
  
- 07- QUAIS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DERAM SUPORTE PARA O PROJETO?
  
- 08- ATUALMENTE COMO O PROJETO ESTÁ CONFIGURADO EM TERMOS DE PRODUTIVIDADE?
  
- 09- QUAIS OS PRINCIPAIS ENTRAVES ENFRENTADOS?
  
- 10- NO CASO DO PROINF NÃO ESTAR TENDO O DEVIDO FUNCIONAMENTO, QUAIS AS MEDIDAS TOMADAS PARA REVITALIZAÇÃO DO MESMO?

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO**  
**MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL E REGIONAL**  
**ENTREVISTA APLICADA AO PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO**

01- COMO OCORREU O PROCESSO DE LUTA E FORMAÇÃO DO ASSENTAMENTO ?

---

02- QUAL ASSOCIAÇÃO VOCÊ ESTÁ VINCULADO ATUALMENTE?

---

03- QUAL A IMPORTANCIA DOS PROJETOS PRODUTIVOS PARA DESENVOLVIMENTO DO ASSENTAMENTO?

---

---

04- COMO OCORRE A ORGANIZAÇÃO DAS PESSOAS PARA PARTICIPAR DOS PROJETOS PRODUTIVOS.

---

05- QUEM MUDANÇAS SE OBSERVA NO ASSENTAMENTO APÓS A IMPLANTAÇÃO DESSES PROJETOS?

---

---

06- CONHECE OUTRAS POLITICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL EXECUTADAS NO MUNICIPIO?

---

07- O ASSENTAMENTO POSSUI QUANTAS ASSOCIAÇÕES?

---

08- EM SUA OPINIÃO PORQUE EXISTE UM GRANDE NUMERO DE ASSOCIAÇÕES DENTRO DO ASSENTAMENTO? QUAIS AS VANTAGENS E DESVANTAGENS DESSE GRANDE NUMERO DE ASSOCIATIVISMO?

---

09- QUAL A PRINCIPAL FONTE DE RENDA DOS ASSENTADOS NA ATUALIDADE?

---

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO**  
**MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL E REGIONAL**  
**ENTREVISTA AOS ASSENTADOS DO PA LEITE**

01- COMO VOCÊ SE TORNOU ASSENTADO DA REFORMA AGRÁRIA?

---

02- QUAL O SEU GRAU DE ESCOLARIDADE? E DE SEUS FILHOS?

---

03- QUAL SUA PRINCIPAL FONTE DE RENDA ?

---

04- É VINCULADO Á ALGUMA ASSOCIAÇÃO? QUAL? COMO VOCÊ OBSERVA A PARTICIPAÇÃO DESTA ASSOCIAÇÃO NAS POLÍTICAS VOLTADAS APARA O ASSENTAMENTO?

---

05- PARTICIPA DO PROINF FÁBRICA DE SABONETE DE COCO BABAÇU VINCULADO AO TERITÓRIO? CASO NÃO, QUAL ENTRAVE PARA ESTA NÃO PARTICIPAÇÃO?

---

06- QUAL A FREQUÊNCIA DA ASSSITENCIA TÉCNICA DENTRO DO ASSENTAMENTO RURAL?

---

07- VOCÊ É CADASTRADO EM ALGUM PROGRAMA DE SUBVENÇÃO? CONHECE ALGUEM DA COMUNIDADE QUE POSSUI ESSE CADASTRO?

---

08- POSSUI ACESSO A ALGUMA POLÍTICA DE CRÉDITO?

---

## **ANEXOS**

# REGIMENTO INTERNO DO FÓRUM DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL DO VALE DO ITAPECURU DO ESTADO DO MARANHÃO

## CAPÍTULO I

### DA COMPOSIÇÃO, ATRIBUIÇÕES e COMPETÊNCIAS

#### Seção I

#### Do Colegiado

Art. 1º O Fórum de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Vale do Itapecuru apoiado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário, desde ..... 2004, constituir-se-á em espaço no qual as diferentes esferas de governo e da sociedade civil organizada, implementarão políticas públicas com foco no desenvolvimento territorial sustentável, na reforma agrária e na agricultura familiar, sendo composto pelas seguintes instâncias:

- I. Plenária Geral;
- II. Núcleo Diretivo;
- III. Câmaras Temáticas.

Art. 2º: A Plenária Geral é composta por representantes de instituições governamentais e organizações da sociedade civil, sendo um terço de representantes governamentais e dois terços de representantes da sociedade civil, com direito a voz e voto nas deliberações do Fórum.

§ 1º Farão parte do Fórum, na condição de convidados permanentes, com direito a voz, mas sem direito a voto, os (as) representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da Secretaria Estadual.....(SEAGRO).

§ 2º Poderão ser convidados a participar de reuniões do Fórum, personalidades e representantes de órgãos e entidades públicas e privadas, representantes dos Poderes Legislativo e Judiciário, bem como técnicos, sempre que da pauta constar temas de suas áreas de atuação.

§ 3º As instituições governamentais e as organizações da sociedade civil deverão informar seus/suas representantes, mediante manifestação formal junto ao Núcleo Diretivo.

§ 4º Em caso de substituição de representantes, esta deverá ser formalizada junto ao Núcleo Diretivo e comunicada na Plenária do Fórum.

§ 5º A inclusão de novas instituições e organizações no Fórum precisa ser solicitada formalmente ao Núcleo Diretivo e encaminhada para Plenária para a sua homologação.

Art. 3º São atribuições da Plenária Geral:

- I. Mobilizar e articular atores sociais para os processos de formulação de estratégias de Desenvolvimento Territorial Sustentável no Vale do Itapecuru;
- II. Propor, definir, homologar e articular a construção coletiva e a implementação do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS;
- III. Definir prioridades e selecionar projetos;
- IV. Constituir um Fundo de Apoio para as Ações e Funcionamento do Fórum, com regimento específico para sua gestão;
- V. Articular as instituições e parcerias para elaboração e implementação de projetos;
- VI. Possibilitar o fortalecimento da gestão social envolvendo os principais atores e entidades que atuam no desenvolvimento do território rural;
- VII. Adotar instrumentos de participação e controle social nas estratégias de planejamento e de execução das políticas públicas;
- VIII. Subsidiar instituições e organizações competentes, nas adequações de políticas públicas para o desenvolvimento territorial sustentável.

Art. 4º. O Núcleo Diretivo será composto por 04 (quatro) representantes, sendo 02 (dois) de instituições governamentais e 02 (dois) da sociedade civil, eleitos em reunião da plenária geral do Fórum para este fim.

§ 1º O núcleo Diretivo deverá ser renovado a cada dois anos, podendo permanecer até 50% (cinquenta por cento) dos e das representantes da gestão anterior.

§ 2º Na escolha das instituições/organizações representantes no Núcleo Diretivo, deverá ser considerada sua participação efetiva no Fórum, bem como nos processos de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Vale do Itapecuru.

Art. 5º São atribuições do Núcleo Diretivo:

- I. Coordenar ações do Fórum e das Câmaras Temáticas;
- II. Favorecer a articulação de instituições/organizações, visando a implementação do PTDRS no processo de Desenvolvimento Territorial;
- III. Acompanhar, avaliar e monitorar os projetos territoriais em curso;
- IV. Elaborar proposta de Regimento Interno a ser apresentada, discutida, analisada e aprovada pelo Fórum, bem como suas atualizações.

Parágrafo único: Cabe a Coordenação Executiva:

- I. Elaborar, formalizar e encaminhar documentação pertinente às decisões do Fórum;
- II. Favorecer a comunicação e a organização do banco de dados do Fórum.

Art. 7º As Câmaras Temáticas serão compostas por representantes indicados pelas instituições e organizações do Fórum, e que possuam experiências ou interesses nas referidas áreas.

§ 1º. A escolha do animador de cada câmara temática será feita entre os membros do próprio grupo.

§ 2º. Os projetos territoriais a serem analisados em plenária e pela coordenação, devem ser objetos de discussão prévia nas Câmaras Temáticas pertinentes.

§ 3º. Poderão fazer parte das câmaras temáticas as pessoas representantes das instituições que compõem o Fórum de Desenvolvimento Territorial do Vale do Itapecuru, bem como outras pessoas, organizações e instituições que atuam no Território e que tem interesse em participar das discussões.

Art. 8º São Atribuições das Câmaras Temáticas:

- I. Mobilizar conhecimentos e apoiar tecnicamente o Fórum e a Coordenação Territorial;
- II. Elaborar estudos, diagnósticos, planos e projetos;
- III. Preparar eventos, reuniões, seminários, oficinas e visitas de intercâmbios;
- IV. Apoiar as entidades proponentes de projetos territoriais na elaboração dos planos de trabalho;
- V. Acompanhar e monitorar a implementação dos projetos territoriais relativos às suas áreas específicas, bem como sua gestão;
- VI. Sugerir projetos territoriais para a coordenação e para a plenária geral.

Parágrafo único: Cabe ao articulador (a):

- I. Apoiar a mobilização dos atores e das atrizes representantes das organizações e instituições atuantes no território;
- II. Acompanhar o processo de elaboração e implementação de projetos;
- III. Assessorar processos de desenvolvimento territorial (elaboração de estudos, diagnósticos, planos e projetos);
- IV. Elaborar relatórios e arquivos de informação;
- V. Apoiar o desenvolvimento de ações do Fórum, da Coordenação Territorial e dos Grupos Temáticos;
- VI. Manter fluxo de informação/comunicação com a consultoria estadual da SDT/MDA, com a Delegacia Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário (DFDA/MDA),

com o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS), com a Secretaria Estadual.....(SEAGRO) e com a Caixa Econômica Federal (CEF).

## **CAPÍTULO II**

### **DA ORGANIZAÇÃO e FUNCIONAMENTO**

#### **Seção I**

##### **Disposições Preliminares**

Art. 9º. O Fórum de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Vale do Itapecuru é composto em sua plenária geral por membros representantes de Prefeituras Municipais, dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável, dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, de Instituições Governamentais, representantes de Organizações Não Governamentais e de Movimentos Sociais e Organizações de Agricultores e de Agricultoras.

Art. 10º. A Plenária geral é a instância de deliberação do Fórum e terá reuniões ordinárias a cada .... meses e extraordinariamente quando se fizer necessário.

§ 1º. As reuniões da plenária geral serão convocadas pelo Núcleo Diretivo de acordo com as necessidades ou por no mínimo um terço de seus respectivos membros, e poderão se constituir de oficinas temáticas, reuniões de apreciação e validação de propostas e projetos.

§ 2º. Os membros da plenária geral deverão ser convocados para as reuniões com antecedência de no mínimo 15 dias.

Art 11º. O Núcleo Diretivo reunir-se-á ordinariamente a cada dois meses e extraordinariamente quando se fizer necessário em dia e hora a ser acordado com os seus respectivos membros.

§ 1º. O quorum mínimo para a realização das reuniões do Núcleo Diretivo será de 50% mais um dos seus membros.

Art 12º. As Câmaras Temáticas reunir-se-ão sempre que necessário por convocação de seu animador(a) ou por qualquer um dos seus membros.

§ 1º. A convocação dos membros das câmaras temáticas deverá ocorrer com antecedência de no mínimo 15 dias.

§ 2º. Caberá ao animador ou animadora de cada grupo temático a incumbência de elaboração de um documento (relatórios) a cada encontro ou reunião realizada e socializar para os demais membros.

## **Seção II**

### **Das Decisões e Votações**

Art 13º. O processo decisório realizado em plenária sempre que possível será prioritariamente consensual;

Art 14º. Havendo necessidade de votação, serão observados os seguintes preceitos:

- I - O Plenário deliberará por maioria simples dos presentes;
- II - Cada entidade formalmente representada terá direito a um voto;
- III - Deverá sempre constar em Ata ou em relatório o número de votos favoráveis, contrários e abstenções.

§ 1º O(a) representante que deixar de comparecer, a 3 (três) reuniões consecutivas, sem justificativa prévia formalizada através de correspondência ao Núcleo Diretivo, perderá seu direito de voto nas decisões do Fórum em que sejam necessárias recorrer a este instrumento. A instituição ou organização a qual ele ou ela representa, retomará seu direito de voto somente após a participação de seu representante em três reuniões consecutivas.

§ 2º Na discussão para priorização e aprovação de projetos territoriais é necessário que os representantes no Fórum tenham participado do processo de construção das propostas, com presença em no mínimo duas reuniões anteriores a da aprovação.

Art 15º. O presente Regimento Interno poderá ser alterado mediante proposta da Plenária, aprovada por no mínimo dois terços de seus membros.

Art 16º. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação deste Regimento Interno serão solucionados pela Plenária Geral do Fórum de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Vale do Itapecuru.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA

01 - CARACTERÍSTICAS DO TÍTULO

TÍTULO DE PROPRIEDADE, SOB CONDIÇÃO RESOLUTIVA

Nº DO TÍTULO	DATA	LOCAL DE EMISSÃO	UF	PROCESSO ADMINISTRATIVO
095369	02/06/93	ITAPECURU MIRIM	MA	10006 03689 90

ORGÃO GESTOR	Nº DO MICROFILME
PA EXTRATIVISTA LEITE	93 398 02927

02 - OUTORGANTE  
 INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA - AUTARQUIA FEDERAL, CRIADA PELO DECRETO - LEI Nº 1110, DE 9/7/70, E ALTERADA PELA LEI Nº 7231, DE 23/10/84.

03 - OUTORGADO  
 RAIMUNDO DOS SANTOS  
 E SEU CONJUGE / COMPANHEIRO(A) IDENTIFICADO E QUALIFICADO NO VERSO

PROFISSÃO/ATIVIDADE PRINCIPAL	ESTADO CIVIL	Nº DO DOC. DE IDENTIF.	TIPO DE DOC. DE IDENTIFICAÇÃO	UF
AGRICULTOR	CASADO	656002	CART. IDENTIDADE	MA

NACIONALIDADE/PAIS DE ORIGEM	DATA DE NASCIM.	CPF/CGC	Nº DE ICR
BRASILEIRO	02/04/56		00000000

04 - FUNDAMENTOS LEGAIS DA TITULAÇÃO  
 LEGISLAÇÃO FEDERAL  
 LEI 4504/64 E DEC. 59428/66.

05 - CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL	QDR LOTE	CODIGO DO IMÓVEL
FAZ SAO RAIMUNDO	000/0162	108065 010197

SITUAÇÃO DO IMÓVEL	MUNICÍPIO DA SEDE DO IMÓVEL	UF	ÁREA
ZONA RURAL	ITAPECURU MIRIM	MA	11,9042 HA

ÁREA POR EXTENSÃO  
 ONZE HECTARES , NOVENTA ARES E QUARENTA E DOIS CENTIARES

CONFRONTAÇÕES

NORTE COM OS LOTES 163 E 183  
 LESTE COM BOMERGES BEZERRA COSTA TD  
 SUL COM BOMERGES BEZERRA COSTA TD SEPARADO PELA ESTRADA VICINAL  
 OESTE COM O LOTE 163

MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO, QUE INTEGRA O PRESENTE TÍTULO E QUE DEVERÁ, IGUALMENTE, INTEGRAR O REGISTRO IMOBILIÁRIO CORRESPONDENTE IDENTIF. NO CREA

Nº DO MEMORIAL	DATA	RESPONSÁVEL PELA MEDIÇÃO/DEMARCAÇÃO	IDENTIF. NO CREA
095369	09/07/92	MARIO CESAR M COELHO	141985/10A

REGISTRO IMOBILIÁRIO PROPRIETÁRIO	SEDE, TRANS. OFIC. LIVRO	FOLHA	REGISTRO	MUNICÍPIO	UF
INCRA	001195	02A4	0052	ITAPECURU MIRIM	MA

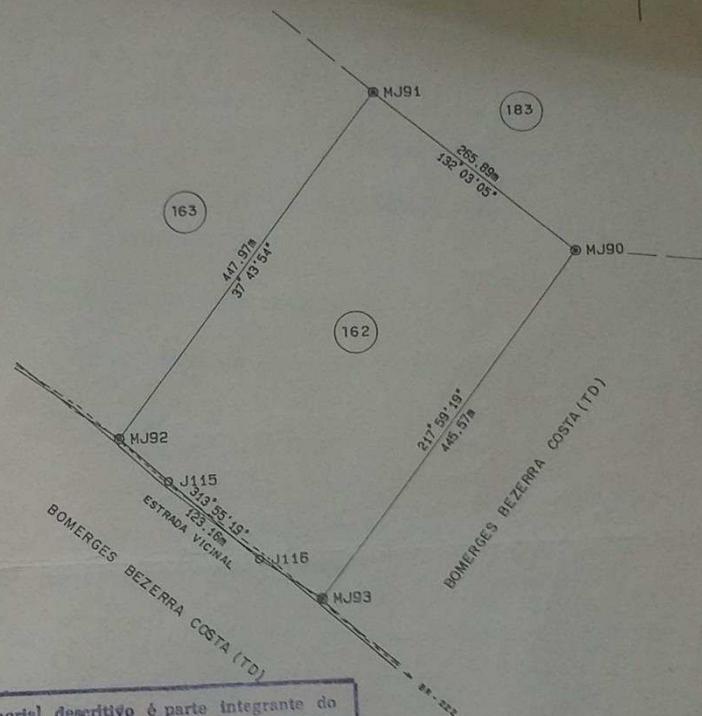
06 - PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO DO IMÓVEL	VALOR ANTECIPADO	SALDO DEVEDOR	COND. DE PAGTO
PREÇO DO IMÓVEL	CRS 2.909.883,00	CRS 0,00	CRS 2.909.883,00 A PRAZO

Nº DE PRESTAÇÕES	FREQUÊNCIA DE PAGAMENTO	JUROS	VALOR DA PRESTAÇÃO	DATA DA 1ª PREST.
010	ANUAL	6,0 %	CRS 395.358,00	02/06/94

PRESTAÇÃO SUJEITA A ATUALIZAÇÃO NOS TERMOS DA LEI

O PRESENTE TÍTULO SE REGE PELAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES ESPECÍFICAS IMPRESSAS NO VERSO

A	B	ATIMU
MJ91	J116	305 39 00
J115	MJ92	313 52 52



*Wido*

Este Memorial descritivo é parte integrante do Título de propriedade N.º 095 369 emitido em 02 / 06 / 93 , e deve ser consignado integralmente no Registro Imobiliário correspondente ao citado Título.  
 Miguel Antonio Angelo Nunes  
 CR. 010084

<b>MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA</b> INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA COORDENADORIA DE CARTOGRAFIA - CC SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MARANHÃO - SR/12			
REG. COD.	GLEBA P.A. LEITE	ÁREA	11.9042ha
DATA	LOTE 162	PERÍMETRO	1423.72m
DESENHO	MUNICÍPIO ITAPECURU-MIRIM	ESTADO	MARANHÃO
	RESP. TÉCNICO	ESCALA	1:5000
PLOTTER	MARCO CESAR M. COELHO ENº AGRIM. CREA 14 198-5	CONFERE	VISTO

*(Faint text from the reverse side of the paper, including 'O OUTORGANTE', 'O OUTORGADO', and 'CLAUSULAS REGULADORAS')*